



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Serviço de Licitações e Contratos  
Equipe de Compras

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO**  
**EM SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10880.000588/2025-53**

**CONCORRÊNCIA**  
**90001/2026**

CONTRATANTE (UASG)  
(170131)

**OBJETO**

Contratação de serviços de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$170.512,68 (cento e setenta mil quinhentos e doze reais e sessenta e oito centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 27/03/2026 (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Técnica e preço

**MODO DE DISPUTA:**

Fechado.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado de São Paulo, por meio da Divisão de Administração e Logística, sediado(a) Avenida Prestes Maia, 733, bairro Centro, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01031-001, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é serviços de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto no item 7.1.1 deste Edital.
- 4.2.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.
- 4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

- 4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.2** ou **4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item **7.12.1**.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

5.1.1 Critério técnico 1: Experiência comprovada da empresa - Pontuação máxima = 40 (quarenta) Pontos

5.1.1.1. Descrição: Comprovação por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a elaboração de projetos hidráulicos/hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a altura da edificação superior a 40 m (quarenta metros) e área superior a 25.000 m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil metros quadrados). Cada atestado deve 2 comprovar a execução de serviços nos quantitativos relacionados.

5.1.1.2. Escala de pontuação: 10 pontos para cada atestado de serviço similar com escopo e porte compatíveis.

5.1.2 Critério técnico 2: Qualificação da equipe técnica - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos

5.1.2.1. Descrição: Avaliação do currículo dos profissionais indicados, considerando formação acadêmica, tempo de experiência e especializações relacionadas ao objeto. Serão considerados engenheiros civis ou arquitetos.

5.1.2.2. Escala de pontuação: 1 (um) ponto por ano completo de experiência profissional, com formação específica compatível comprovada na área do objeto, limitado ao máximo de 10 (dez) por profissional.

5.1.3 Critério técnico 3: Metodologia proposta - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos

5.1.3.1. Descrição: Análise da proposta metodológica quanto à organização, lógica, clareza e viabilidade da execução dos projetos, incluindo cronograma e uso de tecnologias (ex.: BIM).

5.1.3.2. Critério técnico: Organização e estrutura da proposta metodológica.

5.1.3.2.1. Critério de Avaliação: Apresenta objetivos claros, estrutura lógica, etapas bem definidas e coerência geral.

5.1.3.2.2. Pontuação Máxima: 10 (dez) pontos.

5.1.3.3. Critério técnico: Clareza e linguagem técnica.

5.1.3.3.1. Critério de avaliação: Texto claro, conciso e tecnicamente adequado, com correta terminologia e ausência de erros.

5.1.3.3.2. Pontuação máxima: 5 (cinco) pontos.

5.1.3.4. Critério técnico: Viabilidade técnica da execução.

5.1.3.4.1. Critério de avaliação: Métodos e recursos propostos são exequíveis e compatíveis com prazos e condições reais.

5.1.3.4.2. Pontuação máxima: 10 (dez) pontos.

5.1.3.5. Critério técnico: Cronograma físico de execução.

5.1.3.5.1. Critério de avaliação: Cronograma detalhado, compatível com as etapas da proposta e com prazos realistas.

5.1.3.5.2. Pontuação Máxima: 5 (cinco) pontos.

|  |
|--|
| Nota da proposta Técnica = (Nota Critério Técnico 1)+(Nota Critério Técnico 2)+(Nota Critério Técnico 3) |
|--|

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 Valor total do item;

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
- 6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.5.1 SICAF;
- 6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 6.11. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.11.1 contiverem vícios insanáveis;
- 6.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 6.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no item 5.1 deste edital.
- 6.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.
- 6.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:
- 6.15.1  $\text{Nota da proposta Técnica} = (\text{Nota Critério Técnico 1}) \times 40 + (\text{Nota Critério Técnico 2}) \times 30 + (\text{Nota Critério Técnico 3}) \times 30$
- 6.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 6.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.18. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.18.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.18.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.19. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.19.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.19.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.19.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.20. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.21. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.21.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.21.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.21.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de produtividade.
- 6.21.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto



da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.21.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.22.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.22.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.23. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.24. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

6.25. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula :

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.26. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens **6.2** e **6.2.1**, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.27. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.27.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

6.27.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.27.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.27.4 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.27.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.27.6 No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.27.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.28. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.28.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.28.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.28.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.28.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.28.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.28.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.28.2.2. empresas brasileiras;

6.28.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.29. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.30. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.30.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.30.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.31. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.32. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.33. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.34. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.35. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.36. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.37. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.38. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.39. O licitante convocado também deverá encaminhar preenchido junto aos demais documentos complementares: Anexo II – Termo de Declaração de Concorrência e Veracidade SEI e Anexo III - Formulário de Identificação do Fornecedor.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, conforme item 4 do termo de referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 7.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **7.12.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:
- 7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.12.1**.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 8.4. Os prazos dos itens **8.2** e **8.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 8.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.6 fraudar a licitação;
- 10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1 advertência;
- 10.2.2 multa;
- 10.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: **mgisra-sp.pregao@gestao.gov.br**
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.11.1 Anexo I - Termo de Contrato;
- 12.11.2 Anexo II - Termo de Declaração de Concordância e Veracidade SEI;
- 12.11.3 Anexo III - Formulário de Identificação do Fornecedor;
- 12.11.4 Anexo IV - Termo de Referência;

## ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE  
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
.....  
.....  
..... E

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX] , por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE  | QTD. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|----------|------|----------------|-------------|
|      |  |          |      |                |             |
| 1    | Elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital. | Conjunto | 1    |                |             |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 255 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco :

- 3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:
  - 3.1.1.1. [...];
  - 3.1.1.2. [...]; e
  - 3.1.1.3. [...].
- 3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:
  - 3.1.2.1. [...];
  - 3.1.2.2. [...]; e
  - 3.1.2.3. [...].
- 3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de XX% (xxxxx por cento) para o CONTRATANTE e XX% (xxxxx por cento) para o CONTRATADO:
  - 3.1.3.1. [...];
  - 3.1.3.2. [...]; e
  - 3.1.3.3. [...].

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
  - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- 8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênera;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado .

9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.39.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.47. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade ;

9.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.51.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.51.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.51.3. florestas plantadas; e

9.51.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.52.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.52.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território

estadual.

9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.53.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.59. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.59.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.60. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas



hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO  
TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO II - TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE SEI

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados

TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

Cadastro de Usuário Externo no SEI do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)\*

\* Esse sistema atende também os Ministérios da Fazenda (MF), do Planejamento e Orçamento (MPO), dos Povos Indígenas (MPI) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a Casa da Moeda do Brasil (CMB) e, em caráter transitório, os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e da Previdência Social (MPS).

Nome Completo:

RG:

CPF:

Telefone:

Endereço de Domicílio:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

E-mail (PRÓPRIO e igual ao cadastrado no SEI):\*

Solicita acesso ao processo nº (opcional):

\* O e-mail informado deve ser de uso exclusivo do titular do cadastro (pessoa física), e estar em nome próprio. Não serão aceitos e-mails em nomes de terceiros ou de unidades administrativas de pessoas jurídicas.

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ([gov.br/economia/sei](http://gov.br/economia/sei), opção "Usuário Externo") é pessoal e intransferível, e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que todos os dados aqui informados são verdadeiros e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I - o sigilo da senha de acesso, não sendo justificada, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II - a conformidade entre os dados informados neste formulário e os constantes no cadastro e nos documentos apresentados;
- III - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de petição e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
- IV - a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
- V - a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de petição eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para qualquer tipo de conferência;
- VI - a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;
- VII - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI/MGI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo;
- VIII - a consulta periódica ao SEI/MGI a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
- IX - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
- X - a observância dos períodos de manutenção programada, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

A liberação do cadastro somente ocorrerá após a apresentação dos documentos de acordo com as orientações apresentadas em [gov.br/economia/sei](http://gov.br/economia/sei), opção "Usuário Externo".

A liberação do cadastro não implica na disponibilização de acesso ao processo (quando for o caso), que será objeto de análise da unidade na qual ele se encontra em tramitação. Assim, após cadastro liberado, o usuário que requer acesso ao conteúdo de determinado processo deve entrar em contato com a unidade responsável. Para a disponibilização de acesso ao processo, a unidade onde ele se encontra em andamento poderá solicitar documentação adicional, tais como: cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica, quando for o caso; cópia da procuração com poderes específicos para representação do interessado, quando for o caso; ou em caso de procurador de pessoa jurídica, cópia do RG e CPF do outorgante, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF.

Em caso de dúvidas, entrar em contato com [sei@economia.gov.br](mailto:sei@economia.gov.br), informando o número do processo para agilizar o atendimento.

Cidade/UF:

Data:

Assinatura do Usuário

(tarja da assinatura digital ou assinatura manuscrita conforme documento pessoal apresentado)

### ANEXO III - FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

#### DADOS DO LICITANTE VENCEDOR

Razão Social da Empresa  
CNPJ/MF sob nº  
Endereço  
Telefone  
Fax  
E-mail  
Nome do Banco  
Agência  
Conta Corrente

#### DADOS DO PROCURADOR OU PROPRIETÁRIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO, CONFORME CONSTA NO CONTRATO SOCIAL OU NA PROCURAÇÃO

NOME  
PROFISSÃO/CARGO  
NACIONALIDADE  
ESTADO CIVIL  
CARTEIRA DE IDENTIDADE  
CPF e ORGÃO EXP.

### ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 74/2025

#### DOCUMENTO SEI 57372830

-----  
-----  
-----  
-----

São Paulo, 03 de fevereiro de 2026.

Agente de Contratação-SRA-SP-MGI

Referência: Processo nº 10880.000588/2025-53.

Versão  
SEI nº 57466245

## SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-SP

## Termo de Referência 74/2025

## Informações Básicas

|                    |   |                |                           |
|--------------------|---|----------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por    | Atualizado em             |
| 74/2025            | 170131-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-SP | RODRIGO SAYEGH | 29/01/2026 08:52 (v 0.16) |
| Status             |   |                |                           |
| DISPONIBILIZADO    |   |                |                           |

## Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia | 136/2025              | 10880.000588/2025-53    |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10880.000588/2025-53)

## TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|--------|-------------------|------|----------------------|-------------------|
| 1    | Elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital. | 20060  | Conjunto          | 1    | 170.512,68           | 170.512,68        |

## Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois podemos especificar objetivamente os padrões de desempenho e qualidade conforme expostos neste documento, tratando-se de especificações usuais de mercado e contidas em normas técnicas de ampla divulgação.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias contados do primeiro dia útil após a emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Este prazo é composto pelo somatório do prazo de execução dos serviços de 195 (cento e noventa e cinco) dias, com o prazo de recebimento provisório de 15 (quinze) dias e o de recebimento definitivo de 45 (quarenta e cinco) dias.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000041/2025

II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2024

III) Id do item no PCA: 235

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

V) Identificador da Futura Contratação: 170131-136/2025

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade e Logística Reversa**

4.1. Por se tratar de objeto de cunho eminentemente intelectual, as especificações de sustentabilidade e logística reversa não se aplicarão efetivamente nesta contratação. No entanto, nas soluções que deverão ser desenvolvidas nos projetos básicos e executivos, é necessário que se observem as especificações a seguir e legislação pertinente. Deve-se seguir no que couber o Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI (biênio 2024-2026 ou seu substituto), divulgado por meio do link “[www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel](http://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel)”.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3. Todas as licitantes deverão cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade previstos nas leis e normativos que tratam sobre o tema, em especial as leis: Lei nº 12.305/2010, Lei nº 9.605/1998, Lei 13.146/2015. Os decretos: Decreto nº 7.746/2012, o Decreto 9.178/2017, o Decreto nº 6.949/2009, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente –CONAMA e a Instrução Normativa nº 01, 10/01/10.

4.4. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

4.4.1. - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

4.4.2. - Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.4.3. - Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.4.4. - Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

4.4.5. - Utilizar nas substituições ou nas novas aquisições exclusivamente lâmpadas, painéis leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes, como a automação da iluminação com uso de sensores de presença;

4.4.6. - Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

4.4.7. - Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às indústrias, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais; e

4.4.8. - Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos nas instalações dos imóveis objetos desta contratação. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

4.5. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica das edificações e de seus equipamentos.

4.6. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.7. A CONTRATANTE poderá vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais:

- 4.7.1. -baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);
- 4.7.2. -preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.7.3. -maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.7.4. -maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.7.5. -maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 4.7.6. -uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais (Redação dada pelo Decreto nº 9.178);
- 4.7.7. -origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017) sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; e
- 4.7.8. -aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

4.8. As licitantes deverão observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.9. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 4.9.1. -resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- 4.9.2. -resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.9.3. -resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 4.9.4. -resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.10. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.11. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 e outras que se fizerem necessárias.

4.12. Conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, as licitantes também deverão providenciar o cumprimento do sistema de logística reversa nas embalagens de tintas usadas na construção civil, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, contemplando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.

4.13. As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.

4.14. O §1º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.

4.15. O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

4.16. Serão incluídos como obrigação da contratada, no termo de referência e edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

## **Subcontratação**

4.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.18. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

4.18.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.19. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.19.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.19.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.19.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.19.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.19.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.20. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.21. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.22. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



4.23. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.23.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.24. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.24.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.24.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.24.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.25. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14] .

4.26. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.27. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.28. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.29. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.29.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.29.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.30. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuidade ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.30.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.30.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.31. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.32. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.33. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.34. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.35. A vistoria ao imóvel objeto da contratação é facultativa, embora a avaliação prévia do local de execução dos serviços seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 15 horas.

4.36. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.37. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.37.1 Para agendamento de vistoria, entrar em contato com: Nathalia Santos Cruz - [nathalia.cruz@gestao.gov.br](mailto:nathalia.cruz@gestao.gov.br) - (11) 2113-2694.

4.38. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.39. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 1 (um) dia útil após a emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar, anexo III deste Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: os prazos correrão conforme tabela abaixo, além do cronograma-físico financeiro que deve ser apresentado na proposta técnica nos moldes do Anexo IV deste Termo;

| Item | Descrição                           | Descrição  | Prazos (dias) | Percentual de Pagamento |
|------|-------------------------------------|--|---------------|-------------------------|
| 1    | Elaboração de Projeto Básico        | Levantamentos e Apresentação das soluções viáveis e escolha da mais vantajosa. | 15            | 40%                     |
|      |                                     | Elaboração da documentação técnica (desenhos e memoriais).                     | 30            |                         |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |
| 2    | Elaboração de Projeto Executivo     | Elaboração de documentação técnica   | 30            | 30%                     |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |
| 3    | Elaboração de Orçamento Referencial | Elaboração de planilhas e orçamento  | 30            | 30%                     |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| <b>Prazo de Execução</b>   | <b>195</b> |
| Recebimento Provisório     | 15         |
| Recebimento Definitivo     | 45         |
| <b>Vigência Contratual</b> | <b>255</b> |

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Prestes Maia, 733, Centro, São Paulo/SP - CEP 01031-001.
- 5.3. Os serviços de levantamentos em campo serão prestados em horário comercial, preferencialmente.

### Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1. A execução contratual observará as rotinas constantes no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, anexo III deste Termo de Referência.

### Especificação da garantia do serviço

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido[A9] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Execução dos serviços atendendo a legislação e normativos pertinentes e segundo os padrões de qualidade especificados no Edital e seus anexos;

7.4.2. Execução dos serviços dentro dos prazos estipulados no cronograma físico-financeiro atrelado ao contrato; e

7.4.3. Quantidade de revisões previstas no IMR modelo.

### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período necessário para aceitação dos produtos de cada etapa constante no cronograma físico-financeiro: 1ª Etapa: Projetos Básicos; 2ª Etapa: Projetos Executivos; e 3ª Etapa: Orçamento.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- Liquidação**
- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional do Custo da Construção - INCC (ou outro que venha a substituí-lo em caso de extinção) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês **de JUNHO** do ano de 2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional do Custo da Construção - INCC (ou outro que venha a substituí-lo em caso de extinção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.46. As cessões de crédito estão vedadas para esta contratação.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.8. Após a apuração final do percentual da multa sobre o valor contratado, serão aplicados os limites mínimo (0,5%) e máximo (30%) previstos no § 3º do art. 156 da Lei 14.133/21. Caso o percentual apurado seja inferior ao limite mínimo, a Contratada será multada em 0,5% do valor contratual; caso seja superior ao máximo, a multa efetiva será de 30% do valor contratual.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo TÉCNICA E PREÇO.

## **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

## **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.2. valor global: conforme valor estimado da contratação;

## **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**



9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10 (dez) % do valor total estimado da contratação.**

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.28.2. No Anexo VI deste Termo há um Modelo de Declaração de Conhecimento das condições da contratação, e, no Anexo VII há um Modelo de Declaração de Vistoria Prévia, caso a licitante opte por realizar esta vistoria.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Elaboração de projetos hidráulicos/hidrossanitários, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a altura da edificação superior a 40 m (quarenta metros) e área superior a 25.000 m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil metros quadrados).

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.33. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.33.1. Para o profissional responsável pela elaboração dos projetos: serviços de: desenvolvimento de projetos hidráulicos /hidrossanitários em edificação de uso comercial, institucional ou escritórios.

9.33.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo VIII.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Critérios de Julgamento das Propostas**

9.42. No Anexo IX deste Termo há as regras de julgamento das propostas obedecendo ao critério de Técnica e Preço adotado nesta licitação.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 170.512,68 (cento e setenta mil quinhentos e doze reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. No Anexo X há a planilha orçamentária com o valor de referência e, no Anexo XI, há uma planilha modelo com informações que as licitantes devem fornecer em sua proposta de preços.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 170131

II) Fonte de recursos: 1000000000

III) Programa de trabalho resumido: 225040

IV) Natureza de despesa: 449051

V) Plano interno: 46200018131

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Relação de anexos:

Anexo I - (não se aplica)

Anexo II - Termo de Ciência e Concordância

Anexo III - Estudo Técnico Preliminar

Anexo IV - Cronograma Físico-Financeiro

Anexo V - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Anexo VI - Modelo de Declaração de Conhecimento



- Anexo VII - Modelo de Declaração de Vistoria Prévia
- Anexo VIII - Relação de Compromissos Assumidos
- Anexo IX - Critérios de julgamento das propostas
- Anexo X - Planilha orçamentária
- Anexo XI- Modelo de proposta de preços

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

(não se aplica)

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDUARDO LUIZ RONCHETE DA SILVA**  
Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 09:27:15.

**PAULO VICTOR MELO SAMPAIO**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 09:21:54.

**CELSO FERNANDES**

Chefe de Seção



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 12:30:53.

**RODRIGO SAYEGH**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 09:02:38.

Despacho: Serviço de Licitações e Contratos - responsável

**MARGARETE PEREIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 15:00:47.

Despacho: Divisão de Administração e Logística - responsável substituto

**MAURICIO MARTINS DE OLIVEIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 16:32:34.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo III - ETP n 01\_2025.pdf (21.18 MB)
- Anexo II - Anexo IV - Cronograma Fisico Financeiro.pdf (653.25 KB)
- Anexo III - Anexo V - IMR.pdf (223.88 KB)
- Anexo IV - Anexo VI - Modelo Declaracao Conhecimento.pdf (58.99 KB)
- Anexo V - Anexo VII - Modelo Declaracao Vistoria Tecnica.pdf (60.79 KB)
- Anexo VI - Anexo VIII - Modelo Compromissos Assumidos.pdf (121.78 KB)
- Anexo VII - Anexo IX - Criterios de Julgamento das Propostas.pdf (161.91 KB)
- Anexo VIII - Anexo X - Planilha de Orcamento.pdf (99.58 KB)
- Anexo IX - Anexo XI - Planilha Modelo para Licitantes.pdf (92.23 KB)

## **ANEXO III**

# Estudo Técnico Preliminar 1/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 10880.000588/2025-53

## 2. Descrição da necessidade

A Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo (SRA/SP) é órgão da área de suporte dentro da estrutura organizacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), subordinada à Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC) e à Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas (DCD). De tal maneira, a SRA/SP segue as diretrizes e objetivos do Planejamento Estratégico Geral do MGI em nível nacional, atendendo às necessidades dos Órgãos clientes para melhores planejamento, gestão e execução de suas atividades administrativas.

A justificativa para a instauração do processo licitatório em questão advém da necessidade de substituição da rede de distribuição de água fria existente, que possui aproximadamente 50 anos, com riscos de rupturas que interromperiam o funcionamento do sistema e trariam prejuízos ao Edifício. Registra-se que já houve incidentes de deterioração de válvulas redutoras de pressão, que ocasionaram prejuízos operacionais e ao patrimônio público. A solução de deslocamento das válvulas (posicionadas no 12º andar) para o subsolo visa a minimizar os danos a estes equipamentos em eventos futuros.

Dentre os principais benefícios que serão auferidos pela Administração com essa contratação é que permitirá planejar as reformas necessárias, adequar as instalações aos normativos e às tecnologias mais modernos, e evitar a ocorrência de novos episódios de rompimento das válvulas existentes com danos ao patrimônio e, até mesmo, acidentes com a população do imóvel.

**Objeto: Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.**

## 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade e Logística Reversa

Por se tratar de objeto de cunho eminentemente intelectual, as especificações de sustentabilidade e logística reversa não se aplicarão efetivamente nesta contratação. No entanto, nas soluções que deverão ser desenvolvidas nos projetos básicos e executivos, é necessário que se observem as especificações a seguir e legislação pertinente. Deve-se seguir no que couber o Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI (biênio 2024-2026 ou seu substituto), divulgado por meio do link [www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel](http://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel)".

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Todas as licitantes deverão cumprir os critérios e práticas de sustentabilidade previstos nas leis e normativos que tratam sobre o tema, em especial as leis: Lei nº 12.305/2010, Lei nº 9.605/1998, Lei 13.146/2015. Os decretos: Decreto nº 7.746/2012, o Decreto 9.178/2017, o Decreto nº 6.949/2009, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente –CONAMA e a Instrução Normativa nº 01, 10/01/10.

São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;
- Utilizar nas substituições ou nas novas aquisições exclusivamente lâmpadas, painéis leds e luminárias eficientes, realizando a avaliação e implementação de intervenções energeticamente mais eficientes, como a automação da iluminação com uso de sensores de presença;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às indústrias, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Promover a Eficiência Energética por meio de ações que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência dos processos e ou equipamentos nas instalações dos imóveis objetos desta contratação. Essas ações devem contemplar quando da substituição de equipamentos, por outros com melhor rendimento nos sistemas de iluminação, força motriz, dentre outros. Em suma, qualquer sistema, contanto que comprovada a Eficiência Energética gerada de acordo com as premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltadas ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica das edificações e de seus equipamentos.

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

A CONTRATANTE poderá vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais:

- baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);
- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais (Redação dada pelo Decreto nº 9.178);
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017) sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

As licitantes deverão observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002,

do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 e outras que se fizerem necessárias.

Conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, as licitantes também deverão providenciar o cumprimento do sistema de logística reversa nas embalagens de tintas usadas na construção civil, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, contemplando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.

As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.

O §1º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.

O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devam ser seguidas.

Serão incluídos como obrigação da contratada, no termo de referência e edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

## **Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**



Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

O Termo de Referência abordará maiores detalhes a respeito da garantia de execução.

Justifica-se a exigência da garantia contratual pela urgência na execução do presente objeto e na futura reforma que será produto deste objeto, além da necessidade de preservar o tempo e os recursos aplicados em força de trabalho direcionada para levantamentos e planejamento das contratações sejam assegurados. Todos esses fatores apontam para a necessidade de maior segurança de que o contrato suporte eventuais prejuízos por descumprimentos, protegendo a observância dos princípios da economicidade e eficiência na contratação.

## **Vistoria**

A vistoria ao imóvel do objeto da contratada é facultativa, embora a avaliação prévia do local de execução dos serviços seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Para agendamento de vistoria, entrar em contato com:

-Nathalia Santos Cruz - nathalia.cruz@gestao.gov.br - (11) 2113-2694.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não:**

Os serviços a serem executados pela presente demanda são considerados não continuados e contratados por escopo, já que estes impõem à CONTRATADA o dever de realizar a prestação de um serviço por escopo específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no artigo 111 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **Avaliar a duração do contrato:**

O contrato terá vigência determinada, que compreenderá os prazos de execução acrescidos do período de recebimento provisório e definitivo, conforme previsto no Termo de Referência, podendo ser prorrogado, com base no artigo 111 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Conforme art. 93 da Lei 14.133/2021, a(s) Contratada(s) e o(s) autor(es) deverá(ão) ceder todos os direitos patrimoniais a relativos aos documentos técnicos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu(s) autor(es).

### **Qualificação Técnica:**

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU), em plena validade. A empresa licitante e os seus responsáveis técnicos que não sejam registrados /inscritos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) do Estado de São Paulo, em atenção à Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, deverão apresentar DECLARAÇÃO de que, na ocasião da assinatura do contrato, entregarão os respectivos Vistos, ou os respectivos Registros deste órgão regional quando a atividade exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de execução.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

-Para o profissional responsável pela elaboração dos projetos: Experiência em desenvolvimento de projetos hidráulicos/hidrossanitários em edificação de uso comercial, institucional ou escritórios.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

-Elaboração de projetos hidráulicos/hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a altura da edificação superior a 40 m (quarenta metros) e área superior a 25.000 m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil metros quadrados);

-Serão consideradas atividades compatíveis: projetos básicos, projetos executivos de construção ou reforma de sistemas hidráulicos ou hidrossanitários para edificação de uso comercial, institucional ou escritórios.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Justificativa para especificações de Qualificação Técnica:**

Todos os requisitos listados acima a respeito das Qualificações Técnicas foram elaborados de forma a exigir comprovações quantitativas e qualitativas que permitam maior probabilidade de contratação de empresas aptas a atender às necessidades da Administração Pública, evitando-se exigências excessivas que limitem a competitividade e causem ônus desnecessários aos licitantes. Em termos quantitativos, nenhuma exigência excede a 50% (cinquenta por cento) das quantidades específicas desta contratação.

### **Critérios de julgamento das propostas:**

Para o julgamento da proposta mais vantajosa à contratação pública deverá ser apresentada uma proposta técnica e uma proposta de preço.

A Proposta técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado do licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas, com assinatura digital obtida por meio de plataforma certificada, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para abertura da sessão pública.

A proposta técnica deverá conter, no mínimo:

#### **1. Descrição da Metodologia de Trabalho.**

- A Licitante deverá entregar documento demonstrando sua metodologia de trabalho e suas estratégias para atendimento aos prazos solicitados;
- Deverá conter a detalhada descrição da forma de trabalho a ser empregada, incluindo o planejamento das ações e dos procedimentos necessários à elaboração e coordenação dos projetos, tais como: visitas ao imóvel objeto da contratação, reuniões de integração com os diversos projetistas, reuniões com a fiscalização do contrato, providências para aprovação dos projetos;
- Cronograma físico descritivo da execução do contrato, que deverá estar compatível com o cronograma físico-financeiro sugerido no presente edital; e
- Descrição dos recursos disponíveis para a execução dos serviços, incluindo os softwares que serão utilizados na elaboração dos diversos projetos, e sistemas e bases de dados para elaboração de orçamentos, bem como os equipamentos de informática e os recursos de comunicação.

2. Indicação Nominal da Equipe Técnica e Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica, conforme modelo anexo ao Termo de Referência, assinado por todos os responsáveis técnicos por cada área, declarando que têm ciência do integral conteúdo do Termo de Referência, que aceita participar da Equipe Técnica que elaborará o objeto desta licitação e que será o responsável técnico pelo(s) projeto(s) de sua(s) especialidade(s).
  - Os integrantes da Equipe Técnica deverão obrigatoriamente ser os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a Responsabilidade Técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação.
  - Um mesmo profissional poderá acumular responsabilidade técnica em mais de uma área, não podendo, contudo, participar da equipe técnica de mais de uma licitante.
3. Comprovações por meio de Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a elaboração de projetos hidráulicos /hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, nos termos e quantidades especificados no Termo de Referência e seus anexos.

#### Proporção entre Técnica e Preço

A pontuação final será calculada a partir da ponderação entre as notas atribuídas à proposta técnica e à proposta de preços, conforme os seguintes pesos:

- 70% (setenta por cento) para a técnica; e
- 30% (trinta por cento) para o preço.

#### Avaliação Técnica

A pontuação técnica totalizará até 100 (cem) pontos, distribuídos conforme os critérios e subcritérios abaixo:

- 1) Critério técnico 1: Experiência comprovada da empresa - Pontuação máxima = 40 (quarenta) Pontos

Descrição: Comprovação por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a elaboração de projetos hidráulicos /hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a altura da edificação superior a 40 m (quarenta metros) e área superior a 25.000 m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil metros quadrados). Cada atestado deve comprovar a execução de serviços nos quantitativos relacionados.

Escala de pontuação: 10 pontos para cada atestado de serviço similar com escopo e porte compatíveis.

- 2) Critério técnico 2: Qualificação da equipe técnica - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos

Descrição: Avaliação do currículo dos profissionais indicados, considerando formação acadêmica, tempo de experiência e especializações relacionadas ao objeto. Serão considerados engenheiros civis ou arquitetos.

Escala de pontuação: 1 (um) ponto por ano completo de experiência profissional, com formação específica compatível comprovada na área do objeto, limitado ao máximo de 10 (dez) por profissional.

### 3) Critério técnico 3: Metodologia proposta - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos

Descrição: Análise da proposta metodológica quanto à organização, lógica, clareza e viabilidade da execução dos projetos, incluindo cronograma e uso de tecnologias (ex.: BIM).

#### 3.1. Critério técnico: Organização e estrutura da proposta metodológica.

Critério de Avaliação: Apresenta objetivos claros, estrutura lógica, etapas bem definidas e coerência geral.

Pontuação Máxima: 10 (dez) pontos.

#### 3.2. Critério técnico: Clareza e linguagem técnica.

Critério de avaliação: Texto claro, conciso e tecnicamente adequado, com correta terminologia e ausência de erros.

Pontuação máxima: 5 (cinco) pontos.

#### 3.3. Critério técnico: Viabilidade técnica da execução.

Critério de avaliação: Métodos e recursos propostos são exequíveis e compatíveis com prazos e condições reais.

Pontuação máxima: 10 (dez) pontos.

#### 3.4. Critério técnico: Cronograma físico de execução.

Critério de avaliação: Cronograma detalhado, compatível com as etapas da proposta e com prazos realistas.

Pontuação Máxima: 5 (cinco) pontos.

$$\text{Nota da proposta Técnica} = \frac{(\text{Nota Critério Técnico 1}) + (\text{Nota Critério Técnico 2}) + (\text{Nota Critério Técnico 3})}{3}$$

### **Avaliação da Proposta de Preços**

A nota da proposta de preços será calculada com base na fórmula:

$$\text{Nota da proposta de preços} = \frac{(\text{Menor preço entre os licitantes} / \text{Preço do licitante avaliado}) \times 100}{1}$$

### **Fórmula da Nota Final**

A nota final será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Nota Final} = (\text{Nota Técnica} \times 0,70) + (\text{Nota de Preço} \times 0,30)$$

Será declarada vencedora a proposta que obtiver a maior nota final.

## **4. Área requisitante**

| <b>Área Requisitante</b>  | <b>Responsável</b>        |
|---|---------------------------|
| Superintendência Regional de Administração do MGISP em São Paulo/SP | Donizeti de Carvalho Rosa |

## **5. Levantamento de Mercado**

Para o presente caso, a solução adotada para a Contratação dos Projetos Básicos e Executivos de readequação da rede hidráulica de água fria do Edifício Sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em São Paulo, por ser uma necessidade e de disciplina comum a todos os imóveis, é de ampla ocorrência e bastante praticada no mercado, com vários prestadores capacitados, além de os itens a serem contratados constarem em bancos públicos de preços.

Portanto, não limita a participação dos interessados, possibilitando assim a ampla concorrência.

Em concordância com o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece os critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, para esta contratação foram utilizadas composições de serviços obtidas de tabelas de referências emitidas por órgão da administração pública. Os custos unitários dos insumos utilizados nas composições foram obtidos nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, elaborado pela Caixa Econômica Federal.

Para comprovar a ampla ocorrência no mercado e exemplificar algumas contratações similares que fizeram parte de nossa pesquisa de mercado, relacionamos abaixo algumas contratações avaliadas:

- SAMAE Jaraguá do Sul: Concorrência nº 41/2024 - CONTRATAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E MODELAGEM HIDRÁULICA DE REDE PARA AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. Apesar de o escopo ser bem mais amplo que o necessário nesta contratação, a solução adotada é correlata, sendo um dos itens correspondente aos serviços necessários nesta contratação, embora em maior volume de dados;

- PMSP: Dispensa 90085/2024 - Contratação de empresa especializada em Execução de Obra de Engenharia, para Projeto e obra de distribuição hidráulica, projeto e obra de instalação de caixas de inspeção e tubulações de esgoto na Unidade Básica de Saúde Vila Jacuí, Rua Édipo Feliciano, 165, Distrito Vila Jacuí, a partir dos Projetos Executivos e planilhas no Termo de Referência – Anexo I deste Aviso de Dispensa. Este objeto contempla apenas a execução dos serviços a partir de projeto fornecido. É uma etapa distinta da presente contratação, mas revela ser comum a contratação prévia de projetos para posterior execução;

- ALESP: Pregão Eletrônico Nº 90022/2024 - Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, com as devidas comprovações de aptidão técnica, para execução de serviços de reforma dos vestiários, refeitórios e áreas correlatas, indicados no projeto básico, compreendendo intervenções de natureza civil, instalação de hidráulica, elétrica, aquecimento de água a gás e elaboração de plano de ataque com fornecimento total de materiais de

consumo, ferramental, mão-de-obra e supervisão, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Este objeto contempla apenas a execução dos serviços a partir de projeto fornecido. É uma etapa distinta da presente contratação, mas revela ser comum a contratação prévia de projetos para posterior execução;

- Pref. Municipal de Mendonça/SP: Pregão Presencial nº 62/24 - Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia Civil e Arquitetura para elaboração de Projetos Básicos e Complementares/Executivos (Projetos Arquitetônico, Projeto de Instalações Elétrica e Hidráulicas, Climatização, Estrutural, Bombeiro, SPDA, Paisagismo, Infraestrutura Urbana, Mobilidade Urbana, Urbanismo, etc), em conjunto com Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária, Quadro de Composição BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Cronograma de Desembolso de Recursos, Especificações Técnicas, Tabela de Orçamento de Mercado, Declarações de Caráter Técnico, Emissão de ARTs/RRTs e demais peças técnicas necessárias à execução de obras com recursos federais, estaduais e municipais, sendo estas peças técnicas elaboradas em conformidade com as sistemáticas, instruções normativas e diretrizes dos governos e de acordo com plano de trabalho do projeto. Embora esta contratação possua escopo mais amplo, abordando diversas disciplinas, a solução de contratação é similar à que julga-se ser mais adequada às necessidades da SRA/SP, ou seja, contratação de projetos básicos e executivos;

- Pref. Municipal de Astorga/PR: Dispensa de Licitação Nº 90047/2024 / UASG: 987439 - Contratação de empresa destinada a elaboração de projetos básicos e complementares (arquitetônico, estrutural, elétricos, hidrossanitário), orçamento, memorial descritivo e demais documentos informados neste termo de referência, para ampliação da unidade básica de saúde do conjunto vitória régia, para atender as necessidades da SESA para posterior implantação dos projetos no local, a fim de evitar desperdícios e erros durante a execução da obra. Contratação de projeto básico e executivo hidrossanitário, dentre outras especialidades, para imóvel de porte menor;

- Câmara Municipal de Itanhaém/SP: Dispensa de Licitação Nº 90012/2024 / UASG: 928567 - Contratação de empresa especializada na elaboração de projeto básico e executivo, levantamento cadastral, laudo técnico de avaliação estrutural e apoio à contratação e fiscalização da execução da obra de reforma do prédio sede da Câmara Municipal de Itanhaém. Solução equivalente à presentemente adotada, embora o imóvel seja menor e o escopo abranja mais disciplinas; e

- EMBRAPA/MA: Concorrência - Eletrônica Nº: 90001/2024 / UASG: 135082 - Contratação de empresa especializada em arquitetura/engenharia para desenvolvimento de anteprojeto de arquitetura, projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares de engenharia para a construção da Sede da Embrapa Cocais, localizada na Av. dos Curiós, s/n - Vila Esperança, São Luís (MA), CEP: 65095-460, preferencialmente em plataforma BIM (Building Information Modeling). Solução equivalente à presentemente adotada.

Com a reformulação do processo de contratação após o conhecimento de acórdãos emitidos pelo TCU versando sobre o entendimento de que projetos de arquitetura e engenharia, ainda que comuns, configuram-se como serviços de predominância intelectual e que, via de regra, devem ser submetidos a contratação com critério de julgamento por técnica e preço, efetuamos consultas nos seguintes editais para avaliação dos critérios utilizados em contratações similares:

- SRA/SP: Concorrência - Eletrônica Nº: 90001/2024 / UASG: 170131 - Contratação de serviços de IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO, ESTUDO PRELIMINAR, PROJETO BÁSICO, além da aprovação dos projetos nos órgãos públicos competentes e em especial no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), com a obrigação de transferência dos direitos autorais patrimoniais a eles relativos, necessários à contratação das obras de preservação, reforma e restauro do edifício da antiga estação férrea de Cachoeira Paulista, localizada no município de mesmo nome, no Estado de São Paulo;

- Polícia Federal/SE: Concorrência - Eletrônica Nº: 1/2024 / UASG: 200344 - Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídio à fiscalização da obra de construção da Nova Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE);

- Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA: Concorrência - Eletrônica Nº: 90002/2024 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de locação de Usinas Geradoras de Oxigênio Medicinal e locação de equipamentos conforme planilha de especificações e termo de referencia em anexo, para atender as necessidades do Hospital Nair Alves de Souza ( HNAS) e da Unidade de Pronto Atendimento- UPA 24h; e

- DNIT: Concorrência Eletrônica Nº: 0215/2025-00 / UASG: 393003 - Contratação de empresa(s) para a elaboração dos projetos básico/executivo e "as built" de engenharia e a execução das obras e serviços de construção do Porto (IP4) no Município de Manaus (Moderna), no Estado do Amazonas.

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a Contratação de empresa especializada para elaboração dos **Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP**, de acordo com a legislação em vigor e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Para que a contratação produza os efeitos pretendidos pela administração está sendo prevista a contratação em 1 (um) item, composto por 3 (três) etapas itens interdependentes e que devem ser executadas subsequentemente:

- Etapa 1: Elaboração de projetos básicos para a reforma da rede de distribuição de água fria no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital;
- Etapa 2: Elaboração de projetos executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base nos projetos básicos desenvolvidos no item 1; e
- Etapa 3: Elaboração de Orçamento Referencial conforme legislação vigente.

Todos os serviços referentes aos projetos deverão ser realizados com rigorosa observância do cenário atual e das prescrições e exigências das Normas vigentes, obedecidas as diretrizes de economia de energia e de redução de eventual impacto ambiental.

As unidades de medidas e dimensões apresentadas neste estudo preliminar servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA em proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços objeto deste estudo.

### Histórico:

O Ed. Sede do MGI foi construído no início da década de 1970 e seus sistemas prediais têm sido mantidos e modernizados. No entanto, a rede de distribuição de água fria em suas áreas molhadas ainda não sofreu intervenções estruturais, o que denota a necessidade de substituição da tubulação existente, originalmente em ferro fundido, por uma nova rede confeccionada com materiais que atendam aos padrões atuais de desempenho, durabilidade e eficiência operacional, conforme as normas técnicas vigente.

Outro ponto necessário é o reposicionamento das válvulas de alívio de pressão, que estão localizadas atualmente no 12º pavimento, em posições que dificultam a manutenção e leitura dos manômetros. Houve histórico de danos nestas válvulas, que provocaram vazamentos de grande vulto em áreas de escritório nos pavimentos inferiores. Para evitar risco de que futuros vazamentos ocorram e que possam ocasionar acidentes em pessoas e danificar o patrimônio público, é desejável que estas válvulas sejam reposicionadas no subsolo do imóvel.

O Ministério, em 2015, contratou projetos básicos para reforma completa do imóvel contemplando, dentre outras disciplinas, a reforma da rede de distribuição de água fria com o posicionamento de estações redutoras de pressão no seu subsolo. O projeto não foi completamente executado e os documentos referentes ao objeto da atual contratação estão inclusos no Anexo I deste ETP e deverão ser utilizados como Anteprojetos desta contratação. Recomenda-se a adaptação dos Anteprojetos às normas técnicas, tecnologias e condições atuais do imóvel.

### Modelo de execução do objeto:

A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista no Edital e seus anexos. Para início dos serviços será realizada uma reunião inicial entre Comissão de Fiscalização e Contratada para definições e planejamento das atividades a serem executadas.

Os projetos e serviços de levantamento de campo se referem ao Ed. Sede do MGI em São Paulo, localizado na Avenida Prestes Maia, nº 733, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01031-001.

Também serão observadas, no que couber, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis:



- As Normas e especificações constantes no presente termo;
- As Normas internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT; e
- As Normas do Ministério e demais órgãos do Governo Federal.

#### Dos Serviços:

- Etapa 1: Elaboração de projetos básicos para a reforma da rede de distribuição de água fria no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital.

O Projeto Básico deverá apresentar-se com grau de informação suficiente para caracterizar, com precisão adequada, o complexo de obras e serviços, de forma a possibilitar a análise plena do custo das obras e a definição dos métodos e prazos de execução, devendo conter os seguintes elementos:

1. levantamento de informações e apresentação à Fiscalização de soluções viáveis técnica e economicamente, incluindo-se os custos estimados, com as devidas justificativas para adoção da mais vantajosa para a Administração;
2. desenvolvimento da solução escolhida, fornecendo visão global das obras e serviços com a identificação de todos os seus elementos constitutivos com clareza;
3. soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, evitando-se a necessidade de reformulações ou de variantes durante a realização das obras;
4. identificação dos tipos de serviços a executar, dos materiais e equipamentos a empregar, com especificações que assegurem os melhores resultados, sem frustrar o necessário caráter competitivo para a execução das obras; e
5. subsídios para o planejamento de licitação e gestão das obras e serviço, compreendendo a sua programação.

#### Produtos esperados:

##### Representações gráficas:

1. planta de situação, em escala adequada, com indicação, se necessário, das canalizações externas, inclusive redes existentes das concessionárias e outras de interesse;
2. planta geral para cada nível das edificações, em escala adequada, contendo indicação das tubulações e suas dimensões, comprimentos, vazões, pressões nos pontos de interesse, cotas de elevação, registros, válvulas, especificações dos materiais básicos e outros;
3. cortes gerais para indicar o posicionamento dos componentes;
4. diagrama de interligação entre todos os equipamentos aplicáveis;
5. distribuição em planta da alimentação de reservatórios inferiores e superiores;
6. diagramas verticais de distribuição de ramais e colunas;
7. isométricos em escala adequada;
8. dimensionamento dos conjuntos moto-bomba e tubulações de recalque;
9. desenhos esquemáticos referentes à sala de bombas, estações de alívio de pressão, reservatórios e abrigos.

Caderno técnico contendo memorial descritivo, memorial de cálculo dos quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos.

- Etapa 2: Elaboração de projetos executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base nos projetos básicos desenvolvidos no item 1.

Conforme definição legal contida na Lei nº 14.133/2021, o Projeto Executivo caracteriza-se por ser o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Produtos esperados:

Representações gráficas; caderno técnico contendo memorial descritivo, memorial de cálculo dos quantitativos, e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos. Serão utilizados como base os produtos do Projeto Básico e inseridos os detalhes necessários para caracterização do Projeto Executivo.

- Etapa 3: Elaboração de Orçamento Referencial conforme legislação vigente.

Deverá ser elaborado orçamento detalhado do custo global das obras, serviços e cronograma, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

Produtos esperados:

Orçamento das instalações, baseado nos quantitativos de materiais e serviços indicados no Caderno Técnico, precificados seguindo as diretrizes do Decreto nº 7983/2013; e Cronograma físico-financeiro.

Especificações dos produtos de todas as etapas:

Os relatórios e cadernos técnicos citados deverão apresentar índices gerais contendo a listagem de todos os itens dos projetos, tabelas, gráficos, etc., com a indicação da página inicial de cada um deles, bem como folhas gerais de convenções e de situação com a localização e devidas amarrações das futuras obras/serviços.

Os produtos de cada etapa deverão ser entregues em 1 (uma) via impressa, e na forma eletrônica em formato .PDF e em formato editável (.XLS, .DWG ou .DOC), com assinatura eletrônica por meio de plataformas certificadas, protegidos em caixas plásticas convencionais, com a identificação do seu conteúdo, organizados segundo os anexos do projeto que forem produzidos e nos formatos especificados.

Dos prazos para execução:

| Item                   | Descrição                           | Descrição  | Prazos (dias) |
|------------------------|-------------------------------------|--|---------------|
| 1                      | Elaboração de Projeto Básico        | Levantamentos e Apresentação das soluções viáveis e escolha da mais vantajosa. | 15            |
|                        |                                     | Elaboração da documentação técnica (desenhos e memoriais).                     | 30            |
|                        |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |
|                        |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |
|                        |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |
| 2                      | Elaboração de Projeto Executivo     | Elaboração de documentação técnica   | 30            |
|                        |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |
|                        |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |
|                        |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |
| 3                      | Elaboração de Orçamento Referencial | Elaboração de planilhas e orçamento  | 30            |
|                        |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |
|                        |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |
|                        |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |
| Prazo de Execução      |                                     |  | 195           |
| Recebimento Provisório |                                     |  | 15            |
| Recebimento Definitivo |                                     |  | 45            |
| Vigência Contratual    |                                     |  | 255           |

#### Do horário de trabalho:

Haverá uma reunião inicial com a comissão da fiscalização da CONTRATANTE para a definição e planejamento das atividades a serem executadas. Para os levantamentos de campo, serão efetuados em horário comercial, preferencialmente.

A CONTRATADA deverá respeitar os horários definidos pela CONTRATANTE para a execução dos serviços in loco.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1 Conjunto de levantamentos, projetos, desenhos, memoriais e demais documentos técnicos que componham Projetos Básicos, Executivos e Orçamento Referencial para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Estimativa de Valor da Contratação: **R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).**

Este valor foi estimado a partir de pré-dimensionamento e será refinado após a finalização deste Estudo e previamente à conclusão do Termo de Referência, inclusive com a elaboração de planilha de preços de referência e demonstrativo de pesquisas de preços com data-base mais próxima à data de publicação prevista para o edital.

Por se tratar de serviço de engenharia, serão seguidas as instruções do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

Assim, após a elaboração do orçamento de referência, os valores máximos aceitáveis serão aqueles previstos na planilha de preços do item 1.1 do Termo de Referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após a realização dos estudos necessários, verificou-se a não viabilidade da divisão da solução em itens parcelados, por se tratarem de etapas de serviços interdependentes, com economia de recursos e prazos ao comporem a contratação em item único.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após o recebimento definitivo dos produtos entregues pela contratada será possível executar os serviços de engenharia para reforma e modernização da rede hidráulica de água fria do imóvel.

Para a execução do objeto em questão, não se vislumbra a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes que ocorram de forma simultânea.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda foi inserida no PAC 2025 por meio do DFD nº 122/2024, incluído nos autos deste processo de contratação.

## 12. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos com a contratação de empresa especializada para elaboração dos **Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP**, é obter a informação segura e legalmente obrigatória a respeito das reformas necessárias para atendimento das necessidades de adequações na rede hidráulica a fim de ampliar a segurança do patrimônio público e reduzir a possibilidade de eventos que venham a interromper a prestação de serviço público. A partir destas informações, será possível planejar a contratação da execução das reformas necessárias.

## 13. Providências a serem Adotadas

Acreditamos que não há necessidade de providências adicionais para realização dos serviços, pois não se faz necessária a liberação de áreas de escritório de modo prolongado, uma vez que os trabalhos serão desenvolvidos fora das dependências do Ministério (fases de projetos) ou em áreas técnicas do imóvel (fase de levantamento de informações em campo).

Eventualmente, poderão ser necessárias solicitações de abertura de forros e verificação das instalações existentes, ou áreas isoladas para levantamento de informações. Para evitar transtornos, a empresa será orientada a agendar previamente a realização dessas intervenções.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais tendo em vista tratar-se da contratação de projetos. Eventuais impactos decorrentes das etapas seguintes de reformas deverão ser tratados quando do planejamento dessas contratações.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EDUARDO LUIZ RONCHETE DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 14:43:33.*

**MARCIO RODRIGO GASPARINI**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 14:40:25.*

**PAULO VICTOR MELO SAMPAIO**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 14:38:31.*

**CELSO FERNANDES**

Chefe da SEMAP / DIAL / SRA-SP

**ALINE FERREIRA CAJUHI**

Chefe da DIAL / SRA-SP

## **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

Declaramos, com base no Estudo Preliminar realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada à Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado de São Paulo (SRA/SP), por se tratar de serviço comum de engenharia a preço de mercado, considerando-se todos os benefícios esperados e a ausência de impactos ambientais significativos.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Anteprojeto\_Hidraulica.pdf (20.96 MB)

## **MEMORIAL TÉCNICO E CADERNO DE ENCARGOS**

# **06 . INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**

**EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SÃO PAULO – SP**



## ÍNDICE

|         |  |    |
|---------|--|----|
| 6.1.    | LISTA DE PRANCHAS .....  | 3  |
| 6.2.    | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS.....                                     | 4  |
| 6.2.1.  | ABASTECIMENTOS E MEDIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL .....                   | 4  |
| 6.2.2.  | RESERVAS DE ÁGUA POTÁVEL E DE REUSO (NÃO POTÁVEL) .....          | 5  |
| 6.2.3.  | CONCEITUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA .....                  | 5  |
| 6.2.4.  | DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL .....                               | 6  |
| 6.2.5.  | DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DE REUSO (NÃO POTÁVEL) .....                | 6  |
| 6.3.    | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....                                    | 7  |
| 6.3.1.  | TUBOS E CONEXÕES DE PVC MARROM .....                             | 7  |
| 6.3.2.  | TUBOS E CONEXÕES DE COBRE .....                                  | 7  |
| 6.3.3.  | TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO .....                             | 7  |
| 6.3.4.  | TUBOS E CONEXÕES DE POLIPROPILENO (PPR) .....                    | 8  |
| 6.3.5.  | VÁLVULAS DE RETENÇÃO.....  | 8  |
| 6.3.6.  | REGISTROS E METAIS .....   | 8  |
| 6.3.7.  | JUNTAS DE EXPANSÃO .....   | 9  |
| 6.3.8.  | BOMBAS DE ÁGUA FRIA E REUSO .....                                | 9  |
| 6.3.9.  | ESTAÇÃO REDUTORA DE PRESSÃO .....                                | 9  |
| 6.3.10. | DIVERSOS .....   | 9  |
| 6.4.    | NORMAS DE EXECUÇÃO .....   | 10 |
| 6.5.    | PARÂMETROS DE CÁLCULOS.....                                      | 10 |
| 6.6.    | OBRIGAÇÕES TÉCNICAS DOS EXECUTORES DURANTE A<br>INSTALAÇÃO ..... | 11 |
| 6.6.1.  | Para os Serviços.....  | 11 |
| 6.6.2.  | Tubulações .....   | 11 |
| 6.6.3.  | Apoios.....  | 11 |
| 6.6.4.  | PARA OS EQUIPAMENTOS .....                                       | 12 |
| 6.6.5.  | TESTES E ENSAIOS.....  | 13 |
| 6.7.    | RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO.....                            | 13 |

## 6.1. LISTA DE PRANCHAS

| LISTA DE PRANCHAS   |   |                           |
|---|---|---------------------------|
| Obra: Edifício Sede II do Ministério da Fazenda - Brasília DF |   |                           |
| Projeto: Instalações Hidráulicas                              |   |                           |
| Nº pracha   | Conteúdo  | Nome arquivo              |
| 01/28   | Planta do subsolo Piso                            | 1728-HID-001-PLA-SUBP-R00 |
| 02/28   | Planta do subsolo Teto                            | 1728-HID-002-PLA-SUBT-R00 |
| 03/28   | Planta do Pav. Térreo                             | 1728-HID-003-PLA-TERR-R00 |
| 04/28   | Planta do 2º pavimento                            | 1728-HID-004-PLA-PA02-R00 |
| 05/28   | Planta do 3º pavimento                            | 1728-HID-005-PLA-PA03-R00 |
| 06/28   | Planta do 4º pavimento                            | 1728-HID-006-PLA-PA04-R00 |
| 07/28   | Planta do pav. Tipo (5º ao 21º)                   | 1728-HID-007-PLA-TIPO-R00 |
| 08/28   | Planta do 22º pavimento                           | 1728-HID-008-PLA-PA22-R00 |
| 09/28   | Planta do 23º pavimento                           | 1728-HID-009-PLA-PA23-R00 |
| 10/28   | Planta do 24º pavimento                           | 1728-HID-010-PLA-PA24-R00 |
| 11/28   | Planta do 25º e 26º pavimento                     | 1728-HID-011-PLA-PA25-R00 |
| 12/28   | Planta do 27º pavimento - reservatório            | 1728-HID-012-PLA-PA27-R00 |
| 13/28   | Planta do 28º pavimento                           | 1728-HID-013-PLA-PA28-R00 |
| 14/28   | Esquema vertical - água fria                      | 1728-HID-014-DET-EVAF-R00 |
| 15/28   | Esquema vertical - esgoto                         | 1728-HID-015-DET-EVEV-R00 |
| 16/28   | Esquema vertical - água pluvial                   | 1728-HID-016-DET-EVAP-R00 |
| 17/28   | Detalhes isométricos - pavimento tipo             | 1728-HID-017-DET-ISOM-R00 |
| 18/28   | Detalhes isométricos - 26º, 23º e 4º pavimento    | 1728-HID-018-DET-ISOM-R00 |
| 19/28   | Detalhes isométricos - 2º, 3º pavimentos e térreo | 1728-HID-019-DET-ISOM-R00 |
| 20/28   | Detalhes isométricos - 1º subsolo                 | 1728-HID-020-DET-ISOM-R00 |
| 21/28   | Detalhes isométricos - 2º pavimento               | 1728-HID-021-DET-ISOM-R00 |
| 22/28   | Detalhe ampliado - esgoto - 23º e 26º pavimento   | 1728-HID-022-DET-AMPL-R00 |
| 23/28   | Detalhe ampliado - esgoto - 2º ao 22º pavimento   | 1728-HID-023-DET-AMPL-R00 |
| 24/28   | Detalhe ampliado - esgoto - 3º e 4º pavimento     | 1728-HID-024-DET-AMPL-R00 |
| 25/28   | Detalhe ampliado - esgoto - térreo e 2º pavimento | 1728-HID-025-DET-AMPL-R00 |
| 26/28   | Detalhe ampliado - esgoto - subsolo e térreo      | 1728-HID-026-DET-AMPL-R00 |
| 27/28   | Detalhe ampliado - esgoto - 2º pavimento          | 1728-HID-027-DET-AMPL-R00 |
| 28/28   | Detalhes gerais                                   | 1728-HID-028-DET-GERA-R00 |

## 6.2. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

A principal fonte de água do projeto será a água potável de fornecimento da concessionária. Outras fontes de águas utilizadas para este projeto, alternativas à concessionária, também serão aplicadas e serão de responsabilidade do cliente usuário do edifício quanto à gestão da sua potabilidade. São as seguintes:

- água de reuso (não potável) – originada da água tratada pela ETAC (esgoto doméstico – águas cinza originadas de captação de lavatórios/ralos). Possuirá abastecimento de retaguarda (backup) de água potável da concessionária e será destinada, junto com o aproveitamento de água pluvial, para reposição de água do ar condicionado;
- aproveitamento de águas pluviais – será devidamente tratada e destinada a reposição de água do ar condicionado.

Para os parâmetros de consumo de água fria foram utilizadas os conceitos da Norma Brasileira NBR 5626, mas também as informações fornecidas pelo cliente.

O sistema de distribuição de água fria foi concebido com reservatórios e tubulações totalmente individualizadas para água potável e água não potável (chamada em todo projeto como água cinza, concebida a partir da captação sistema de tratamento de esgoto secundário, águas cinzas, água pluvial de cobertura, além dos drenos de ar condicionado).

Haverá recebimento da água em reservatórios inferiores, e recalque para reservatório superior. Obedecendo às exigências da NBR 5626, não poderá haver conexão cruzada de tubulações entre água potável e água não potável. De toda forma, deverão ser instaladas placas de advertência nos registros e tubulações, além da pintura para a tubulação aparente, de modo a permitir clara identificação dos reservatórios e das redes de água potável (verde) e não potável (de reuso, lilás).

A rede de reuso será exclusiva para reposição de água do sistema de ar condicionado. O fornecedor do filtro e sistema de cloração para água não potável deve ser capaz de garantir a gestão da qualidade da água com características para o uso do tipo de obra em questão. Mesmo com os reservatórios exclusivos para alimentação do ar condicionado e alternativamente da rede de água potável, por princípio, estas reservas serão chamadas neste memorial de água de reuso/não potável.

### 6.2.1. ABASTECIMENTOS E MEDIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL

A entrada de água da rede pública se dará em cavalete exclusivo, com medidor oficial da concessionária, locado na divisa do terreno como passeio público. Haverá reservatório exclusivo de água potável a partir deste medidor, para o volume de consumo, dividido em cinco células, situado no subsolo e 27º pavimento. O sistema permite manter a operação do prédio, utilizando-se uma das células durante a situação de manutenção.

### 6.2.2. RESERVAS DE ÁGUA POTÁVEL E DE REUSO (NÃO POTÁVEL)

Os volumes de reserva considerados com capacidade de reserva de 1 dia de consumo mais 0,9 dia de reserva, como segue:

- Consumo diário – 240 m<sup>3</sup>
  - volume total consumo: 464 m<sup>3</sup>
- Reserva incêndio ( a confirmar)
  - hidrantes – 70 m<sup>3</sup>
  - sprinklers – 104 m<sup>3</sup>

As reservas serão distribuídas em:

I) Reservatórios superiores:

- a. **Consumo água potável – 2 x 209 m<sup>3</sup> sendo**
  - i. **Incêndio – Hidrantes + SPK – 2 x 87m<sup>3</sup> (174 m<sup>3</sup>)**
  - ii. **Consumo – 2 x 122 m<sup>3</sup> (244 m<sup>3</sup>)**

II) Reservatórios inferiores:

- iii. **Consumo água potável - 3 x 72 m<sup>3</sup> (216 m<sup>3</sup>)**
- b. **Consumo água não potável – TOTAL 171m<sup>3</sup>**

Caso não haja volume acumulado suficiente do reservatório do sistema de reuso, haverá abastecimento alternativo de água potável da concessionária. A lógica do sistema de comando de bóias de nível, constituída de sensores capacitivos, dá prioridade aos abastecimentos de água de reuso, só abastecendo de água potável quando as águas de reuso não estiverem presentes. O ponto de conexão desta rede deve ser sempre por gravidade acima do nível do extravasor (ladrão), para evitar contaminação do reservatório de água potável. Os sistemas extravasores e redes de limpeza serão independentes para água potável e para água não potável.

Quando construído no local, os reservatórios de água potável deverão atender integralmente às normas da concessionária local e NBR 5626.

### 6.2.3. CONCEITUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA

A maioria das tubulações seguem aparentes, sejam dentro dos forros, sejam expostas como na área de estacionamento. As tubulações deverão ser

adequadamente identificadas, principalmente quando andando paralelas ou próximas, para evitar conexão cruzada num erro futuro de manutenção.

A solução de colunas foi concebida evitando-se ao máximo os desvios de tubulações durante o trajeto de prumadas. A distribuição vertical de prumadas prediais acontece em shafts inspecionáveis, com espaços planejados para retrofit de materiais.

Os ramais destinados à distribuição para os ambientes serão providos de registros de gaveta, a partir do ponto de engate das redes principais, facilitando a manutenção preventiva ou corretiva. Em áreas exclusivas de manutenção e interior de shafts, os registros podem ser brutos (sem acabamento), com respectivas etiquetas impermeáveis (Tag).

Fica definido que não haverá previsão de prumadas para instalação de sanitários corporativos adicionais por pavimento – além dos já indicados pela arquitetura.

#### **6.2.4. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL**

A distribuição será por gravidade, a partir do reservatório superior. A água potável será recebida nestes reservatórios a partir de sistema automático de controle de nível e recalque vindos dos reservatórios inferiores (locados no subsolo).

Em todos os pontos de utilização de sanitários foram concebidos elementos redutores de vazão, ou seja, economizadores de água, a saber:

- Todas as válvulas de acionamento de mictório deverão ser do tipo eletrônica (acionamento por fotocélula) e a bateria;
- Todas as torneiras de lavagem deverão ser do tipo pressostáticas (acionamento mecanicamente por pressão);
- Em todos os lavatórios e chuveiros deverão ser instalados dispositivos restritores de vazão, nos cotovelos e pontos de ligação;
- Os chuveiros e duchas deverão resistir à pressão de 40 mca, e ser projetados para uma máxima vazão de 12 litros por minuto.

#### **6.2.5. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DE REUSO (NÃO POTÁVEL)**

Haverá reservatório exclusivo de água não potável a partir da ETAC. A água filtrada e tratada (água não potável) será reservada de modo a ser reutilizada na reposição de água do ar condicionado. A capacidade inicial estimada para a ETAC é de 220 m<sup>3</sup>/dia, para 10 horas diárias de operação.

Os sistemas de abastecimento alternativo serão controlados automaticamente.

Este sistema será totalmente independente e isolado da rede de água potável e a prumada também está localizada em shaft inspecionável, sendo identificadas em cor lilás padronizada pela ABNT.

### **6.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **6.3.1. TUBOS E CONEXÕES DE PVC MARROM**

- Tubos: será em PVC rígido soldável, com bolsa e ponta, em barra de 6,0 m, classe 15, conforme a norma NBR 5648 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;
- Conexões: serão em PVC rígido soldável, com bolsas, classe 15, conforme a norma NBR 5648. As conexões do tipo solda/rosca deverão possuir roscas do tipo BSP, de acordo com norma NBR 6414 e, no caso de terminais, reforçadas com bucha de latão – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;

#### **6.3.2. TUBOS E CONEXÕES DE COBRE**

- Tubos: serão em cobre, com pontas lisas para solda, classe A, espessura 0,8 mm de parede, conforme indicado em projeto ou no item 3.3., em barra de 5,0m, conforme a norma NBR 13206 – referência: Eluma, Ramo ou equivalente;
- Conexões: serão em cobre ou bronze para solda de encaixe, conforme a norma NBR 11270. As conexões do tipo solda/rosca deverão possuir roscas do tipo BSP, de acordo com norma NBR 6414 – referência: Eluma, Ramo ou equivalente.

#### **6.3.3. TUBOS E CONEXÕES DE PVC BRANCO**

- Tubos para esgoto primário: serão em PVC rígido, junta elástica, com bolsa e ponta, bolsa com virola para anel de borracha, em barras de 6,0 m, conforme a norma NBR 5688 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;
- Tubos para esgoto secundário: serão em PVC rígido soldável, bolsa e ponta, diâmetro 40 mm, em barra de 6,0 m, conforme a norma NBR 5688 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;
- Conexões para esgoto primário: serão em PVC rígido, com bolsa e ponta, bolsa com virola para anel de borracha, conforme a norma NBR 5688 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;
- Conexões para esgoto secundário: serão em PVC rígido soldável, com bolsas, diâmetro 40 mm, conforme a norma NBR 5688 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;



#### **6.3.4. TUBOS E CONEXÕES DE POLIPROPILENO (PPR)**

- Tubos: serão em polipropileno, tipo 3, copolímero randômico, pressão de trabalho nominal de 20 bar (20 kg/cm<sup>2</sup>) PN20, de acordo com a norma DIN 8077 para dimensões de tubulações e ensaios, DIN 16 962 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente.
- Conexões : serão em polipropileno tipo 3, próprias para termofusão com ferramenta específica do produto, pressão de trabalho nominal de 20 bar (20 kg /cm<sup>2</sup>) PN20, aparentes, de acordo com a norma DIN 8077e para dimensões e ensaios, norma DIN 16 962 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente.

#### **6.3.5. VÁLVULAS DE RETENÇÃO**

Poderão ser vertical ou horizontal, conforme projeto, tipo portinhola, Duo-Check ou de Crivo, serão de bronze, com bujão de inspeção, tipo vertical ou horizontal, vedação metal contra metal.

- Vertical: possuirão corpo e disco em bronze, fecho cônico com guia, roscas fêmeas BSP, classe 150 libras, conforme as normas MSS-SP-80, ASTM - B.62 e NBR 6414 –referência: Niagara, Bermad ou equivalente;
- Horizontal: serão do tipo portinhola, possuirão corpo e tampa roscada em bronze, portinhola e eixo em latão, roscas fêmeas BSP, classe 150 libras, conforme as normas MSS-SP-80, ASTM - B.62 e NBR 6414 – referência: Niagara, Bermad ou equivalente.

#### **6.3.6. REGISTROS E METAIS**

- De gaveta com acabamento bruto: possuirão haste não ascendente, corpo, castelo e cunha em bronze, haste em latão, vedação com gaxeta em amianto grafitado, roscas fêmea BSP, classe 125 libras, conforme as normas NBR 8645 e NBR 6414 – referência: Deca, Niagara ou equivalente;
- De gaveta com acabamento cromado: possuirão canopla lisa, haste não ascendente, corpo, castelo e cunha em bronze, vedação em anel de borracha nitrílica, roscas fêmea BSP, conforme as normas NBR 10072 e NBR 6414 – referência: Deca, Niagara ou equivalente;
- De pressão: possuirão haste não ascendente, corpo em bronze e castelo em latão, roscas macho/fêmea BSP, conforme as normas NBR 10071 e NBR 6414 – referência: Deca, Niagara ou equivalente;
- De fechamento rápido( esfera): em corpo de bronze e alavanca em ferro, esfera em aço inox AISI 316 /304 , com sede e assento de teflon, fabricação norma ASTM – B.62, com rosca conforme NBR 6414, diâmetros de ligação indicados – referência: Deca, Niagara ou equivalente.

### **6.3.7. JUNTAS DE EXPANSÃO**

- Metálicas - Serão do tipo com fole de aço inoxidável, com conexões Soldáveis – referência: Dinatécnica ou equivalente;
- Borracha - Para tubulações de recalque de bombas centrifugas deverão ser utilizadas as seguintes juntas de borracha sintética
- Com diâmetros de recalque de 1 “até 3” – tipo JEBLU, com rosca fêmea.
- Idem, porém do tipo JEBLM – com terminais roscados – rosca Macho
- Acima de 3 “, tipo JEBS, flangeadas – referência: Dinatécnica ou equivalente;

### **6.3.8. BOMBAS DE ÁGUA FRIA E REUSO**

- Água fria potável: eletrobomba de recalque multiestágio, fabricante KSB ou equivalente, modelo MEGABLOC 40-250, potência 30cv. As bombas estarão localizadas no subsolo – referência: KSB, Mark Grundfos, Wylo ou equivalente.
- Água de reuso: eletrobomba pressurizadora, fabricante Grundfos ou equivalente, modelo HYDRO MPC-E 2 CRIE15-8 60Hz, potência 22kW. As bombas estarão localizadas no subsolo – referência: KSB, Mark Grundfos, Wylo ou equivalente.
- Água pluvial tratada: eletrobomba de transferência, fabricante KSB ou equivalente, modelo Meganorm 50-160, 1750 RPM, 4hp, rotor 174

### **6.3.9. ESTAÇÃO REDUTORA DE PRESSÃO**

- Válvulas redutoras de pressão de ação direta, com pistão móvel auto-regulável. Fabricante Jogoffe, Bermad ou equivalente, bitola 2.1/2”.

### **6.3.10. DIVERSOS**

- Torneiras: serão em bronze com acabamento cromado, modelo a ser definido pelo proprietário, conexão em rosca macho BSP, conforme as normas NBR 10281 e NBR 6414 – referência Deca, Docol ou equivalente;
- Torneira de bóia: possuirão corpo em bronze, sede em acetel e flutuador em polipropileno, entrada em rosca fêmea BSP, conforme as normas NBR 10137 e NBR 6414; serão do tipo compensado, reforçado, com vazão total, rosca do tipomacho, com bóia de chapa de cobre ou plástica com volumesuficiente para dar pressão à vedação – referência: Deca, Tigre ou equivalente – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;



- Sifões: serão em latão, com acabamento cromado, de acordo com a norma NBR 12563 – referência: Tigre, Amanco ou equivalente;
- Válvulas de escoamento: serão em latão, com acabamento cromado, de acordo com a norma NBR 10979 – referência: Celite, Deca ou equivalente;
- Metais: a serem especificados pelo arquiteto, torneiras todas tipo Pressmatic/Docol – referência: Docol, Deca ou equivalente;
- Bóias :de Nível Elétricas a 3 fios com 1NA + 1NF: Tipo: ENH – 10 – referência: Nivetec ou equivalente;
- Amortecedores e juntas anti vibração para eletrobombas: deverão ser dotados de folas de aço inoxidável estabilizado com titânio, para a pressão mínima de serviço de 10 Kgf/cm<sup>2</sup>. com pontas roscadas ou dotadas de flanges simples, padrão ANSI - B - 16 classe 150, para amortecimento de vibrações axiais e transversais, impedindo dessa maneira a penetração de água entre o corpo do ralo e a laje – referência: Dinatécnica ou equivalente;
- Ligações de válvulas de descarga a bacias sanitárias:Reforçadas, com malha externa de aço trançada – Tigre, Amanco ou equivalente;
- Ligações flexíveis de 30 e 40 cm: Reforçadas, com malha externa de aço trançada, para ligação de torneiras de bancada, caixas acopladas, para água fria e quente – referência: Deca, Tigre ou equivalente;
- Ventosa: simples, bitola  $\frac{3}{4}$  (eliminadora de ar) – fabricante Bermad ou equivalente.

#### **6.4. NORMAS DE EXECUÇÃO**

ABNT NBR 5626/98 - Instalação predial de água fria

ABNT NBR 6493/94 - Emprego de cores para identificação de tubulações

#### **6.5. PARÂMETROS DE CÁLCULOS**

As tubulações, exclusivas para o sistema de água potável e para o de reuso, foram dimensionadas levando-se em consideração os parâmetros hidráulicos mínimos e máximos exigidos pelas normas, com relação à velocidade, vazão, perda de carga e pressão nos pontos de consumo.

O dimensionamento de tubulações (por vazão de projeto) considera o método determinístico no barrilete e nas colunas de distribuição, para o tipo de instalação em questão (edifício comercial);

Para as vazões unitárias e pesos de aparelhos foram considerados os parâmetros da citada norma, e os valores de perda de cargas (tubulações e conexões) adotados segundo os materiais indicados para cada sistema;

A velocidade máxima admitida nos dimensionamentos foi 2 m/s. A pressão máxima em nenhum ponto de utilização da instalação será superior a 40 mca (4 kgf/cm<sup>2</sup>).

## **6.6. OBRIGAÇÕES TÉCNICAS DOS EXECUTORES DURANTE A INSTALAÇÃO**

### **6.6.1. Para os Serviços**

A execução dos serviços deverá ser feita de acordo com o que prescrevem as normas brasileiras para a execução das instalações hidráulicas, com os seguintes cuidados a saber:

### **6.6.2. Tubulações**

- quando da concretagem, nas passagens em vigas e lajes, deixar caixas de madeira com dimensões apropriadas ou tubo de PVC com bitola acima da projetada (as dimensões mínimas dos furos em vigas encontram-se indicadas no projeto);
- não serão permitidas curvas forçadas nas tubulações, muito menos aquecimento de tubos com maçarico, de forma a evitar prejuízos no que diz respeito à sua resistência e à sua seção de escoamento;
- também não serão permitidas execução de bolsas através de maçaricos, principalmente nos ramais de esgoto. Para tanto, deverão ser utilizadas peças apropriadas para a interligação das conexões aos tubos;
- durante a execução, as extremidades livres das tubulações deverão ser tamponadas a fim de se evitar a entrada de objetos e corpos estranhos dentro das mesmas;

### **6.6.3. Apoios**

- tubulações sob a terra: serão assentadas em lastro de areia contínuo, com espessura de 0,10 m, em vala com fundo devidamente apiloado e de largura (mínima de 0,60m) igual ao maior diâmetro da rede mais 0,30 m. O reaterro (com material isento de pedras e de boa qualidade) deverá ser feito em camadas mínimas de 0,40 m, com compactação manual ou mecânica;
- tubulações sobre lajes: serão apoiadas sobre tijolos assentados com argamassa de cimento e areia, espaçados adequadamente conforme o tipo de tubulação;
- tubulações aparentes suspensas: serão fixadas por meio de braçadeiras e sistemas de fixação rígidos metálicos adequados, sendo vedada suspensão com fita tipo Walsywa ou elementos flexíveis, devendo esses elementos apresentarem boa aparência e garantir suficiente resistência mecânica.

Todas as tubulações que se caracterizarem como condutos forçados (sujeitas a pressões internas maiores que a pressão atmosférica), deverão ser testados a uma pressão equivalente ao dobro da pressão de trabalho ou da pressão estática a que estiverem sujeitas, em conformidade com as especificações da Norma NBR 9650, não podendo apresentar vazamentos, que deverão se ocorrer, serem reparados e o teste refeito.

As tampas das caixas de inspeção deverão ser dimensionadas de forma a resistir mecanicamente às cargas que eventualmente transitem sobre elas.

Não serão permitidos amassar ou cortar canoplas; caso seja necessário o ajuste das mesmas, deverão ser utilizadas canoplas adequadas, devendo-se, no entanto, tomar-se o máximo de cuidado durante a execução das instalações de água fria, quanto às profundidades mínima e máxima dos tubos na parede para registros e válvulas, indicadas pelos fabricantes.

No recebimento dos materiais, deverão ser verificadas as especificações técnicas dos mesmos, devendo estar em acordo com o projeto e com o memorial descritivo;

As tubulações aparentes deverão receber pinturas de acordo com as normas brasileiras e ABNT NBR 6493, nas cores relacionadas abaixo:

- Água fria potável: verde nilo;
- Água fria reuso(não potável): lilás;

Todos os suportes de tubulações aparentes (desde que não sejam desenvolvidos com vergalhões), deverão ser igualmente pintados, em cor a ser determinada pela gerenciadora da obra.

#### **6.6.4. PARA OS EQUIPAMENTOS**

Antes da compra de cada equipamento, deverão ser verificadas as especificações técnicas dos mesmos, devendo estar em acordo com o projeto e com o memorial descritivo. Eventuais substituições por outros modelos, mesmo que de mesma marca e atendendo a características técnicas similares, precisarão ser aprovados pela gerenciadora e construtora, antes de sua compra.

Os equipamentos tais como bombas, deverão ser apoiados em bases de inércia de concreto armado, as quais deverão ser detalhadas e submetidas a aprovação para execução pela Civil. As recomendações de Acústica deverão ser observadas, e em caso de dúvidas a fiscalização deverá ser consultada. A recomendação acústica a ser checada, deve prever por equipamento, no mínimo 1,5 vezes o peso dos sistemas em carga dinâmica e estas sobre amortecedores anti-vibratórios (molas), que se apoiarão em uma sub-base de concreto. Tais bases de

inércia terão medidas variáveis (comprimento, largura e principalmente altura), em função do cálculo efetuado.

A passagem de tubulações por paredes, ligadas a equipamentos, entre dois ambientes, se fará de maneira a deixar a tubulação livre, sem qualquer ligação com a parede, laje e vigas.

A Empresa instaladora deverá apresentar previamente a aquisição de equipamentos, as curvas de ruído destes, onde for o caso, bem como submeter à aprovação da Fiscalização e consultoria contratada os catálogos ou amostras das molas com as respectivas características técnicas, antes da finalização da compra.

Atendendo as exigências de acústica, as bombas não submersíveis deverão ser apoiadas em bases de inércia independentes, com 1,5 vezes o peso do sistema, sobre amortecedores antivibratórios (molas de aço) especiais, fabricação Vibtech ou Gerb ou Risaplings e dotadas de juntas de expansão/amortecedor de vibração em neoprene, sem tensor, fabricação Dinatécnica.

A passagem de tubulações por paredes, ligadas a equipamentos, entre dois ambientes, se fará de maneira a deixar a tubulação livre, sem qualquer ligação com a parede, laje e vigas.

Na especificação e fornecimento de todos os equipamentos eletro-mecânicos, devem ser escolhidos os equipamentos que provoquem o menor nível de ruído entre os disponíveis no mercado, como item prioritário.

#### **6.6.5. TESTES E ENSAIOS**

Todos os sistemas das instalações deverão ser testados contra vazamentos antes do fechamento das valas, revestimentos, colocação de forros e pinturas.

As tubulações pressurizadas água fria deverão ser submetidas ao teste de pressão interna, conforme NBR 5626 e outras pertinentes, com água sob pressão 50% superior à pressão máxima estática, não devendo, porém em qualquer ponto da instalação, ser inferior ao estabelecido pela Norma.

A duração mínima dos ensaios deverá ser de 5 horas no mínimo.

Todos os testes/ensaios serão realizados na presença da fiscalização da obra, inclusive com o funcionamento dos aparelhos.

#### **6.7. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO**

---

Engº Luiz Claudio Lara Rodrigues  
CREA: 506.331.472-8



PLANTA DO SUBSOLO PISO  
ESCALA 1:100

Architectural section drawing of a building showing two rainwater reservoirs. The left reservoir is labeled "RESERVATÓRIO DE COLETAÇÃO DE ÁG 34,60m³" and the right is "RESERVATÓRIO DE ARMAZENAMENTO DE ÁG 64m³". The drawing includes structural elements like beams and columns, and various elevation markers such as 0.00, 1.12, 1.66, 1.36, 1.92, 2.20m, and 2.40. A section line A-A is indicated on the right side.



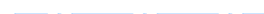
















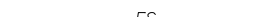





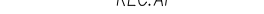
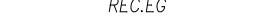
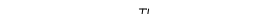







[illegible]

**CORTE A-A – RESERVATÓRIO DE ÁGUAS CINZAS**

VOLUME = 130m³

[illegible]

# LEGENDA

 TUBULAÇÃO DE ESgoto PRIMÁRIO E/ou ÁGUAS SERVIDAS  
 TUBULAÇÃO DE ESgoto SECUNDÁRIO  
 TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS  
 TUBULAÇÃO DE ÁGUAS CINZAS TRATADAS  
 COLUMNA DE ÁGUA FRIA, VÍDEO, ETC  
 COLUMNA DE ÁGUAS PLUVIAIS  
 COTTELHO PARA BOMBO  
 COTTELHO PARA CIMA  
 TÊ PARA BAIXO  
 JUNTÃO 45°  
 DE 90°  
 BLOCO DE REDUÇÃO  
 TORNEIRA DE LAVABO DE PISO  
 REGISTRO DE GAVETA  
 COLUMNA DE ESgoto VENTILAÇÃO  
 EY  
 COLUMNA DE ESgoto SECUNDÁRIO  
 40°  
 COLUMNA DE ÁGUAS PLUVIAIS  
 GAS  
 COLUMNA DE GAS  
 AC  
 COLUMNA DE ÁGUA CINZA TRATADA  
 RECALC/P  
 RECALC DE ÁGUA PLUVIAL  
 RECALC DE ESgoto  
 TORNEIRA DE LAVABO  
 PIT  
 FACE INTERIOR DO TUBO  
 CAIXA DE INSPEÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS  
 CAIXA DE INSPEÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS C/ GRELHA  
 CAIXA DE INSPEÇÃO DE ESgoto  
 BPO (Nº, AL, AP, EG, ETZ) e N° DA COLUMNA  
 CHAMADA DE COLUMNA  
 BÍTLA DA COLUMNA

# DEFINIÇÕES

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DIÂMETROS

| FUSAGADA | PES. ÁGUA (mm) |         | CORRE (mm) |         | PES. (mm2) |         | PES. (mm2) |         | PES. (mm2) |         | PES. (mm2) |         | PES. (mm2) |         |
|----------|----------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|------------|---------|
|          | p. est.        | p. est. | p. est.    | p. est. | p. est.    | p. est. | p. est.    | p. est. | p. est.    | p. est. | p. est.    | p. est. | p. est.    | p. est. |
| 1/8"     | 20             | 150     | 15         | 118     | 13         | 840     | -          | -       | 26         | 140     | 20         | 132     | 18         | 114     |
| 3/16"    | 22             | 170     | 16         | 124     | 14         | 960     | -          | -       | 28         | 150     | 22         | 144     | 20         | 130     |
| 1/4"     | 24             | 180     | 17         | 130     | 15         | 1040    | -          | -       | 30         | 160     | 24         | 150     | 22         | 140     |
| 5/16"    | 27             | 200     | 18         | 140     | 16         | 1160    | -          | -       | 32         | 170     | 26         | 160     | 24         | 150     |
| 3/8"     | 30             | 220     | 20         | 150     | 18         | 1280    | -          | -       | 34         | 180     | 28         | 170     | 26         | 160     |
| 1/2"     | 36             | 270     | 24         | 180     | 21         | 1560    | -          | -       | 40         | 200     | 34         | 200     | 30         | 180     |
| 5/8"     | 42             | 320     | 28         | 200     | 24         | 1760    | -          | -       | 46         | 220     | 38         | 220     | 34         | 200     |
| 3/4"     | 48             | 360     | 32         | 220     | 27         | 1960    | -          | -       | 50         | 240     | 42         | 240     | 38         | 220     |
| 7/8"     | 54             | 400     | 36         | 240     | 30         | 2160    | -          | -       | 54         | 260     | 46         | 260     | 42         | 240     |
| 1"       | 60             | 450     | 40         | 260     | 33         | 2360    | -          | -       | 60         | 280     | 50         | 280     | 46         | 260     |
| 1 1/8"   | 66             | 490     | 44         | 280     | 36         | 2560    | -          | -       | 66         | 300     | 54         | 300     | 50         | 280     |
| 1 1/4"   | 72             | 540     | 48         | 300     | 39         | 2760    | -          | -       | 72         | 320     | 60         | 320     | 54         | 300     |
| 1 3/8"   | 78             | 580     | 52         | 320     | 42         | 2960    | -          | -       | 78         | 340     | 66         | 340     | 60         | 320     |
| 1 1/2"   | 84             | 630     | 56         | 340     | 45         | 3160    | -          | -       | 84         | 360     | 70         | 360     | 66         | 340     |
| 1 3/4"   | 90             | 680     | 60         | 360     | 48         | 3360    | -          | -       | 90         | 380     | 76         | 380     | 70         | 360     |
| 2"       | 100            | 780     | 68         | 400     | 54         | 3760    | -          | -       | 100        | 420     | 84         | 420     | 78         | 400     |
| 2 1/4"   | 110            | 880     | 76         | 440     | 60         | 4160    | -          | -       | 110        | 460     | 92         | 460     | 86         | 440     |
| 2 3/4"   | 120            | 980     | 84         | 480     | 66         | 4560    | -          | -       | 120        | 500     | 100        | 500     | 94         | 480     |
| 3"       | 130            | 1080    | 92         | 520     | 72         | 4960    | -          | -       | 130        | 540     | 108        | 540     | 102        | 520     |
| 3 1/2"   | 140            | 1180    | 100        | 560     | 78         | 5360    | -          | -       | 140        | 580     | 116        | 580     | 110        | 560     |
| 4"       | 150            | 1280    | 108        | 600     | 84         | 5760    | -          | -       | 150        | 620     | 124        | 620     | 118        | 600     |
| 4 1/2"   | 160            | 1380    | 116        | 640     | 90         | 6160    | -          | -       | 160        | 660     | 132        | 660     | 126        | 640     |
| 5"       | 170            | 1480    | 124        | 680     | 96         | 6560    | -          | -       | 170        | 700     | 140        | 700     | 134        | 680     |
| 5 1/2"   | 180            | 1580    | 132        | 720     | 102        | 6960    | -          | -       | 180        | 740     | 148        | 740     | 142        | 720     |
| 6"       | 190            | 1680    | 140        | 760     | 108        | 7360    | -          | -       | 190        | 780     | 156        | 780     | 150        | 760     |
| 6 1/2"   | 200            | 1780    | 148        | 800     | 114        | 7760    | -          | -       | 200        | 820     | 164        | 820     | 158        | 800     |
| 7"       | 210            | 1880    | 156        | 840     | 120        | 8160    | -          | -       | 210        | 860     | 172        | 860     | 166        | 840     |
| 7 1/2"   | 220            | 1980    | 164        | 880     | 126        | 8560    | -          | -       | 220        | 900     | 180        | 900     | 174        | 880     |
| 8"       | 230            | 2080    | 172        | 920     | 132        | 8960    | -          | -       | 230        | 940     | 188        | 940     | 182        | 920     |
| 8 1/2"   | 240            | 2180    | 180        | 960     | 138        | 9360    | -          | -       | 240        | 980     | 196        | 980     | 190        | 960     |

NOTA: NUN CASI DE ATERRAGEM DE MATERIAL RESISTENTE SER USADO QUANDO O INTERVALO SALIR DO EQUIV. 1/8"

**BOMBA SUBMERSIVA (AGUA FRIAL)**  
 REF. ASS. 1001, POT. 2 CV, VAZÃO 34m³/h, Itens 17mca  
 (1 BOMBA ATIVA + 1 RESERVA)

**BOMBA SUBMERSIVA (ESGOTO)**  
 REF. ASS. 1002/3, POT. 2 CV, VAZÃO 28,6m³/h, Itens 10mca  
 (1 BOMBA ATIVA + 1 RESERVA)

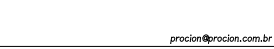


**BOMBA RECARGA DE**  
 REF. KSB MEXCALO 40-250, POT. 30cv, VAZÃO 40m³/h, Itens 107mca  
 (1 BOMBA ATIVA + 1 RESERVA)

**BOMBA PRESSURIZADORA DE AGUAS OZONIZADAS**  
 HENRI HPC-2, 020518-01, 220V, 15CV, 100m³/h  
 Q=250m³/h, Itens=120mca, POT=220cv

**SISTEMA DE AUTOMATIZACAO C/INTEGRO**  
 REF. RMN 400, 220V, 2  
 2 BOMBAS DE 220V, 1000 LITROS CADA BOMBA COM 2 AGUAS RESERVATORES DE 40.000L/c/a

|    |            |   |          |       |  |
|----|------------|---|----------|-------|--|
|    |            |   |          |       |  |
| 01 | 04/11/2014 | ALTERADA BASE DE ARQUITETURA E INSERIDO PROJ. DA SERGAM | SAMANTHA | LUIZ  |  |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL  | SAMANTHA | LUIZ  |  |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO   | DESENHO  | VERIF |  |

[illegible]

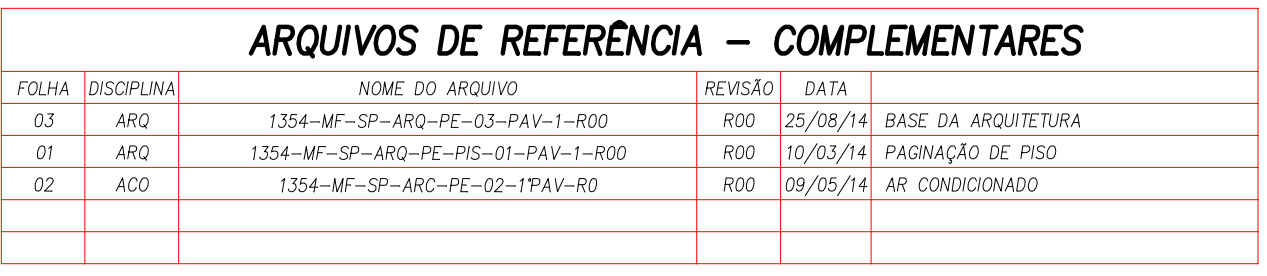
|   |  |  |             |
|---|--|--|-------------|
|  | <p>PROJETO HIDRÁULICO</p> <p><u>LEO ALVES DE ALMEIDA RODRIGUES</u><br/>         0807-000-00000000</p>  |  |             |
|  | <p>PROJECÇÃO DE CARGAS NA TELA</p> <p>R. JOÃO DE DEUS, 100 - FLORES - CID. DOAS - FONE (11) 3188-4000 - SÃO PAULO - SP</p> <p>00000000000000000000</p>   |  | <p>ARQ</p>  |
|  | <p>AUTORES DO PROJETO</p> <p><u>WILLIAM MORAES NUNES</u>      <u>YVES ROBERTO BERTOLLO</u>      <u>LEO ALVES DE ALMEIDA RODRIGUES</u><br/>         0807-000-00000000      0807-000-00000000      0807-000-00000000</p> <p>NASIS, BERTOLLO &amp; CIRIO - ARQUITETOS</p> <p>AV. MARIA DIONÍSIA, 300 - FONE (011) 2523-1116 - JARDIM PAI - SÃO PAULO - SP</p> <p>015-00000000000000000000</p> |  | <p>1354</p> |

|  |  |
|--|--|
|  <h1 style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA FAZENDA</h1> |  |
| <b>ORÇAMENTO:</b><br><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b><br><b>SÃO PAULO - SP</b><br><b>AVENIDA PRESTES MATA, 733, BAIRRO LUZ</b>           | <b>FOLHA</b><br><br><div style="font-size: 48pt; text-align: center;">01</div> <div style="text-align: right;">2</div> |
| <b>DENOMINAÇÃO DO DESENHO</b> <b>HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO</b>  | <b>DATA</b> <b>MARÇO 2014</b><br><b>ESCALA</b> <b>1:100</b><br><b>CONCORRÊNCIA</b><br><b>01/2012</b>                   |
| <h2 style="text-align: center;">SUBSOLO PISO</h2>  |  |
| <b>FASE</b><br><br><b>PROJETO EXECUTIVO</b>  | <b>DESENHO</b><br><br><b>SAMANTHA</b>  |
| <b>ARQUIVO</b><br>1726-100-001-PLA-SUBP-R  |  |



[illegible]





- ## DEFINIÇÕES

| FLEGADA | PVC AQUA |        | SPVC   |        | LCPVC  |        | LCPVC (mm) |        | PVC (PISO) |        | PVC (PISO) |        | PVC (PISO) | PVC (PISO) |
|---------|----------|--------|--------|--------|--------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|------------|
|         | Ø ext.   | Ø int. | Ø ext. | Ø int. | Ø ext. | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. |            |            |
| 1/2"    | 11,8     | 11,8   | 11,8   | 11,8   | 11,8   | 11,8   | 11,8       | 11,8   | 11,8       | 11,8   | 11,8       | 11,8   | 11,8       | 11,8       |
| 3/4"    | 21,8     | 22     | 18,0   | 20,2   | 20,5   | -      | -          | 25     | 18,0       | 25     | 18,0       | 20     | 16,0       | -          |
| 1"      | 28,0     | 28     | 23,8   | 26     | 26,5   | -      | -          | 32     | 23,8       | 32     | 23,8       | 26     | 20,0       | -          |
| 1 1/4"  | 38,0     | 38     | 31,8   | 34     | 36,5   | 40     | 36,5       | 40     | 36,5       | 40     | 36,5       | 34     | 26,0       | -          |
| 1 1/2"  | 48,0     | 48     | 40,0   | 42     | 45,5   | 50     | 45,5       | 50     | 45,5       | 50     | 45,5       | 42     | 32,0       | 26,0       |
| 2"      | 60,0     | 60     | 50,0   | 52     | 56,5   | 60     | 56,5       | 60     | 56,5       | 60     | 56,5       | 52     | 40,0       | 32,0       |
| 2 1/2"  | 76,0     | 76     | 63,0   | 66     | 71,5   | 75     | 71,5       | 75     | 71,5       | 75     | 71,5       | 66     | 50,0       | 40,0       |
| 3"      | 91,0     | 91     | 76,0   | 80     | 86,0   | 90     | 86,0       | 90     | 86,0       | 90     | 86,0       | 80     | 63,0       | 50,0       |
| 4"      | 110,0    | 110    | 93,0   | 96     | 106,0  | 110    | 106,0      | 110    | 106,0      | 110    | 106,0      | 96     | 76,0       | 60,0       |

NOTA: NO CASO DE ALTERAÇÃO DE MATERIAL, DEVENDO SER USADO DIÂMETRO INTERIORES IGUAL OU SUPERIOR AO SUPERIOR AO

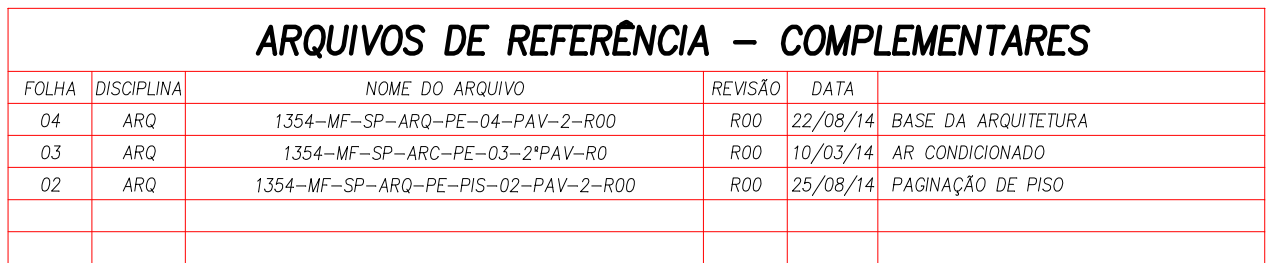
|    |            |                        |          |      |
|----|------------|------------------------|----------|------|
| 01 | 28/10/2014 | INSERIDA PRUMADA AP-21 | SAMANTHA | LUIZ |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL         | SAMANTHA | LUIZ |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO              | DESENHO  | VER  |

**NOTAS:**

- [illegible]

|  |          |                        |  |
|--|----------|------------------------|--|
|  <h1 style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA FAZENDA</h1> |          | FOLHA                  |  |
|  |          | 03                     |  |
| OBRA/ENDEREÇO<br><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b><br><b>SÃO PAULO - SP</b><br><b>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ</b>               |          |                        |  |
| DENOMINAÇÃO DO DESENHO   |          | DATA                   |  |
| HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO   |          | MARÇO 2014             |  |
| TÉRREO   |          | ESCALA 1:100           |  |
|  |          | CONCORRÊNCIA 01/2012   |  |
| FASE   | DESENHO  | ARQUIVO                |  |
| PROJETO EXECUTIVO  | SAMANTHA | 1728-HID-003-PLA-TERR- |  |





## DEFINIÇÕES

### TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DIÂMETROS

| POLÍMEROS | PVC ALGAR (mm) |        | PVC (mm) |        | CORE (mm) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        |
|-----------|----------------|--------|----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|
|           | Ø ext.         | Ø int. | Ø ext.   | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. |
| 1"        | 25,4           | 21,6   | 25,4     | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   |
| 1 1/4"    | 31,8           | 28,0   | 31,8     | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   |
| 1 1/2"    | 37,8           | 33,9   | 37,8     | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   |
| 2"        | 47,8           | 43,9   | 47,8     | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   |
| 2 1/2"    | 57,8           | 53,9   | 57,8     | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   |
| 3"        | 67,8           | 63,9   | 67,8     | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   |
| 3 1/2"    | 77,8           | 73,9   | 77,8     | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   |
| 4"        | 87,8           | 83,9   | 87,8     | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   |

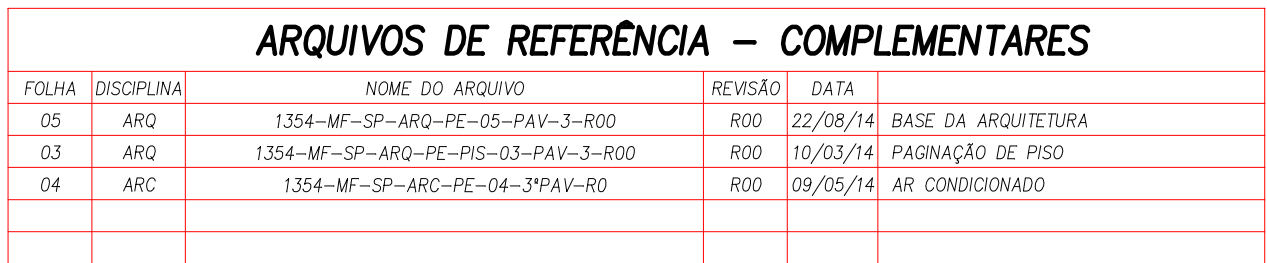
NOTA: NO CASO DE ATUALIZAÇÃO DE TABELA, TODAS AS MEDIDAS SÃO USADAS QUANDO INTERNO QUAL DO SUPERIOR OU INTERNO QUAL DO INFERIOR.

|    |            |                        |          |       |
|----|------------|------------------------|----------|-------|
| 01 | 28/10/2014 | INSERIDA PRUMADA AP-21 | SAMANTHA | LUIZ  |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL         | SAMANTHA | LUIZ  |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO              | DESENHO  | VERIF |

[illegible][illegible]

|   |  |  |
|---|--|--|
|  | <h1>MINISTÉRIO DA FAZENDA</h1>   |  |
|   | <p>OBRA/DENERGO</p> <p><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b></p> <p><b>SÃO PAULO - SP</b></p> <p><b>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ</b></p> | <p>FOLHA</p> <p style="font-size: 48pt; text-align: center;"><b>04</b></p> <p style="text-align: right;">2</p> |
| <p>DENOMINAÇÃO DO DESENHO</p> <p><b>HIDRAULICO-PROJETO EXECUTIVO</b></p>              | <p>DATA</p> <p><b>MARÇO 2014</b></p> <p>ESCALA 1:100</p> <p>CONCORRÊNCIA</p> <p>01/2012</p>  |  |
| <p><b>2º PAVIMENTO</b></p>  |  |  |
| <p>FASE</p> <p><b>PROJETO EXECUTIVO</b></p>   | <p>DESENHO</p> <p><b>SAMANTHA</b></p>  | <p>ARQUIVO</p> <p>1728-HID-004-PLA-PA02-R0</p>   |





## DEFINIÇÕES

### TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DIÂMETROS

| POLÍMEROS | PVC ALGAR (mm) |        | PVC (mm) |        | CORE (mm) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        | PVC (mm2) |        |
|-----------|----------------|--------|----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-----------|--------|
|           | Ø ext.         | Ø int. | Ø ext.   | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. |
| 1"        | 25,4           | 21,6   | 25,4     | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   | 25,4      | 21,6   |
| 1 1/4"    | 31,8           | 28,0   | 31,8     | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   | 31,8      | 28,0   |
| 1 1/2"    | 37,8           | 33,9   | 37,8     | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   | 37,8      | 33,9   |
| 2"        | 47,8           | 43,9   | 47,8     | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   | 47,8      | 43,9   |
| 2 1/2"    | 57,8           | 53,9   | 57,8     | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   | 57,8      | 53,9   |
| 3"        | 67,8           | 63,9   | 67,8     | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   | 67,8      | 63,9   |
| 3 1/2"    | 77,8           | 73,9   | 77,8     | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   | 77,8      | 73,9   |
| 4"        | 87,8           | 83,9   | 87,8     | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   | 87,8      | 83,9   |

NOTA: NO CASO DE ALARGAÇÃO DE TUBO, UTILIZAR O DIÂMETRO DESEJADO COMO INTERNO QUANDO O SUPERIOR NÃO FOR DISPONÍVEL.

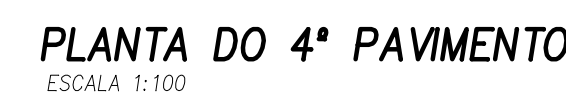
# NOTAS:

- 1 - TODAS AS TUBULAÇÕES CORROEM SOBRE O FÓRMO DO DE SINAL, NO TETO, SINA INDICAÇÃO DE CONTRAFLE.
- 2 - OS AMBIENTES COM CONDIÇÃO DE GÁS CORROSIVO IDENTIFICADO PERMANENTEMENTE EM CONFORMIDADE C/ AS NORMAS VIGENTES, PRECISAMENTE EM ABERT.
- 3 - OS DADOS DOS ANÁLISES SÃO DO EXISTENTE DO FABRICANTE E ESTÃO INDICADOS EM UM FOLHETO TABELA DE DADOS DE MATERIAIS E ÁGUA PLÁSTICA QUE SÃO OS NOMENOS DA EMPRESA EMPREGADA DAS TUBULAÇÕES
- 4 -

|                             |              |
|-----------------------------|--------------|
| 1-1/2"X1/2"                 | PIVC BRANCO  |
| 2"X1/2"                     | PIVC SOMB.   |
| 3"-1/4"                     | PIVC MARFON  |
| 4"-1/2"X1/4"X1/4"X1/4"X1/4" | PIVC (PN-20) |
| 5"X1/2"                     | EPDM         |
| 6"-GAS                      | COBREM       |
- 5 - PARA TUBULAÇÕES DE TUBO, CONDIÇÃO DE RISCO NÃO VARIADO :
  - 1-40MM, 100MM E 150MM → 1/2" SALDO INICIAL CORRUPÇÃO
  - 2-100MM E 150MM → 1/2" SALDO INICIAL CORRUPÇÃO
- 6 - SÓDIA DESPESAS SERÃO UTILIZADAS PARA O PROJETO DE ÁGUA DE CORRUPÇÃO
- 7 - PARA TUBULAÇÕES DE ÁGUA PLÁSTICA CONSIDERAR NADA INDICAÇÃO INICIALMENTE
- 8 - MONTAGEM DESENVOLVIDA POR TÉCNICO INTEGRANTE DO GRUPO E GERADA SEM CONSULTA ANTES DA EXECUÇÃO DESTA PROPOSTA.

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
|  <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA</p> | <p>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</p> <p>SÃO PAULO - SP</p> <p>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ</p> |   | <p>FOLHA</p> <p><b>05</b></p> <p>2</p>   |
|  | <p>DENOMINAÇÃO DO DESENHO</p> <p>HIDRAULICO-PROJETO EXECUTIVO</p>   |   | <p>DATA</p> <p>MARÇO 2014</p> <p>ESCALA 1:100</p> <p>CONCORRÊNCIA</p> <p>01/2012</p> |
| <p>3º PAVIMENTO</p>  |   |   |  |
| <p>FASE</p> <p>PROJETO EXECUTIVO</p>   | <p>DESENHO</p> <p>SAMANTHA</p>  |   |  |
|  |   | <p>ARQUIVO</p> <p>1728-HID-005-PLA-PA03-R</p> |  |





# LEGENDA

|  |  |
|--|--|
|  | HUBILAGAÇÃO DE ESSEITO PRIMARIO E/OU ÁGUAS DERIVADAS |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ESSEITO SECUNDARIO                    |
|  | HUBILAGAÇÃO DE VENTILAÇÃO DE ESSEITO                 |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ENTADA DE ÁGUA FRIA DA CONCESSIONARIA |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ÁGUA FRIA                             |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ÁGUA DOZA TRATADA                     |
|  | HUBILAGAÇÃO DE RETORNO DE ÁGUA QUENTE                |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS                        |
|  | HUBILAGAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL TRATADA                  |
|  | HUBILAGAÇÃO DE GÁS                                   |
|  | COLUMNA DE ESSEITO                                   |
|  | COLUMNA DE VENTILAÇÃO                                |
|  | COLUMNA DE ÁGUA FRIA, MISTURADA, ETC                 |
|  | COLUMNA DE ÁGUAS PLUVIAIS                            |
|  | COTOFELDO PARA BAIXO                                 |
|  | COTOFELDO PARA CIMA                                  |
|  | RE PARA BAIXO  |
|  | RE PARA CIMA   |
|  | RE 90°   |
|  | BUCHA DE REDUÇÃO                                     |
|  | TOMADERA DE LARGURA DE PRESSÃO                       |
|  | REGISTRO DE GAVETA                                   |
|  | GRÉVA-HIDROFÓRICA (PISTO)                            |
|  | COLUMNA DE ESSEITO VENTILAÇÃO                        |
|  | COLUMNA DE VENTILAÇÃO DE ESSEITO                     |
|  | COLUMNA DE ESSEITO SECUNDARIO                        |
|  | COLUMNA DE ESSEITO CIMA GORDURA                      |
|  | COLUMNA DE ÁGUAS PLUVIAIS                            |
|  | COLUMNA DE ÁGUAS PLUVIAIS (FAPAS)                    |
|  | COLUMNA DE GÁS                                       |
|  | ENTRADA D'ÁGUA                                       |
|  | ÁGUA DE ÁGUA FRIA                                    |
|  | ÁGUA DE ÁGUA QUENTE                                  |
|  | COLUMNA DE RETORNO DE ÁGUA QUENTE                    |
|  | ÁGUA DE ÁGUA DE QUEMANTA REQUENTE DE PRESSÃO         |
|  | RECALQUE DE ÁGUA FRIA                                |
|  | COLUMNA DE ÁGUA DOZA TRATADA                         |
|  | COLUMNA DE VENTILAÇÃO DE GÁS GORDURA                 |
|  | ÁGUA DE ÁGUA PARA REDUTORA QUE AUMENTARIA O BOMBE    |
|  | ADP  |
|  | TIPO (M, AG, AP, EG, ETC) A N° DA COLUMNA            |
|  | CHAMADA DE COLUMNA                                   |
|  | BRIGA DA COLUMNA                                     |

## DEFINIÇÕES

| FILEIRADA | PVC 454 (mm) |      | CPVC (mm) |      | CÔNCRETO (mm) |      | FERRO (mm) (mm) |      | FERRO (mm) (mm) |      | FERRO (mm) (mm) |      | FERRO (mm) (mm) |      | FERRO (mm) (mm) |      |
|-----------|--------------|------|-----------|------|---------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|
|           | ext.         | int. | ext.      | int. | ext.          | int. | ext.            | int. | ext.            | int. | ext.            | int. | ext.            | int. | ext.            | int. |
| 1/2"      | 21,3         | 18,8 | 21,3      | 18,8 | 21,3          | 18,8 | 21,3            | 18,8 | 21,3            | 18,8 | 21,3            | 18,8 | 21,3            | 18,8 | 21,3            | 18,8 |
| 3/4"      | 25,4         | 22,9 | 25,4      | 22,9 | 25,4          | 22,9 | 25,4            | 22,9 | 25,4            | 22,9 | 25,4            | 22,9 | 25,4            | 22,9 | 25,4            | 22,9 |
| 1"        | 28,6         | 26,2 | 28,6      | 26,2 | 28,6          | 26,2 | 28,6            | 26,2 | 28,6            | 26,2 | 28,6            | 26,2 | 28,6            | 26,2 | 28,6            | 26,2 |
| 1 1/4"    | 34,9         | 32,4 | 34,9      | 32,4 | 34,9          | 32,4 | 34,9            | 32,4 | 34,9            | 32,4 | 34,9            | 32,4 | 34,9            | 32,4 | 34,9            | 32,4 |
| 1 1/2"    | 40,6         | 38,1 | 40,6      | 38,1 | 40,6          | 38,1 | 40,6            | 38,1 | 40,6            | 38,1 | 40,6            | 38,1 | 40,6            | 38,1 | 40,6            | 38,1 |
| 2"        | 50,8         | 48,3 | 50,8      | 48,3 | 50,8          | 48,3 | 50,8            | 48,3 | 50,8            | 48,3 | 50,8            | 48,3 | 50,8            | 48,3 | 50,8            | 48,3 |
| 2 1/2"    | 57,1         | 54,6 | 57,1      | 54,6 | 57,1          | 54,6 | 57,1            | 54,6 | 57,1            | 54,6 | 57,1            | 54,6 | 57,1            | 54,6 | 57,1            | 54,6 |
| 3"        | 63,5         | 61,0 | 63,5      | 61,0 | 63,5          | 61,0 | 63,5            | 61,0 | 63,5            | 61,0 | 63,5            | 61,0 | 63,5            | 61,0 | 63,5            | 61,0 |
| 4"        | 76,2         | 73,7 | 76,2      | 73,7 | 76,2          | 73,7 | 76,2            | 73,7 | 76,2            | 73,7 | 76,2            | 73,7 | 76,2            | 73,7 | 76,2            | 73,7 |

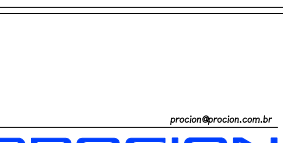

NOTA: NO CASO DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAL RESÍDUO SERÁ USADO COMO TUBO INTERNO QUAL O SUPERIOR AO DIÂMETRO INDICADO NA TABELA.

 BOMBA DE RECIRCULAÇÃO  
REF. SCHMIDT MOD. BC-91T, POT 1CV, VAZÃO 5.000/L/h, Hmax 12mca

|    |            |  |          |        |
|----|------------|--|----------|--------|
| 01 | 28/10/2014 | ALTERADA BASE DE ARQUITETURA E INSERIDAS PRUMADAS AP-21, AP-22 E AP-23 E RALOS PRÓXIMO AOS EIXOS 5-B-A | SAMANTHA | LUIZ C |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL   | SAMANTHA | LUIZ C |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO  | DESENHO  | VERIF. |

**NOTAS:**

- [illegible]

|   |  |  |   |  |                                      |
|---|--|--|---|--|--------------------------------------|
|  | <p><b>PROJETO HIDRÁULICO</b></p> <p>LEO OLIVEIRA LIMA RODRIGUES<br/> <small>PROF. DR. EM ENGENHARIA CIVIL</small></p>  |  |   |  |                                      |
|   | <p><b>PROCON ENGENHARIA LTDA</b><br/>         R. JOSEF DE CARVALHO, 100 - TANDÁ, TAMA - (11) 3384-8000 - SÃO PAULO, SP<br/> <a href="mailto:procon@proconet.com.br">procon@proconet.com.br</a></p>   |  |   |  |                                      |
|  | <p><b>AUTORES DO PROJETO</b></p> <table border="0"> <tr> <td> <p>WELTON MENDONÇA<br/> <small>ARQUITETO</small></p> </td> <td> <p>VENÍCIO BERTOLUCCI<br/> <small>ARQUITETO</small></p> </td> <td> <p>LEO ALBERTO CRODO<br/> <small>ARQUITETO</small></p> </td> </tr> </table> <p><b>NASTAS, BERTOLUCCI &amp; CRODO - ARQUITETOS</b><br/>         R. JOSEF DE CARVALHO, 100 - TANDÁ, TAMA - (11) 3384-8000 - SÃO PAULO, SP<br/> <a href="mailto:nrb@nbc-arquitetura.com.br">nrb@nbc-arquitetura.com.br</a></p> | <p>WELTON MENDONÇA<br/> <small>ARQUITETO</small></p>   | <p>VENÍCIO BERTOLUCCI<br/> <small>ARQUITETO</small></p> | <p>LEO ALBERTO CRODO<br/> <small>ARQUITETO</small></p> | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p> |
| <p>WELTON MENDONÇA<br/> <small>ARQUITETO</small></p>                                  | <p>VENÍCIO BERTOLUCCI<br/> <small>ARQUITETO</small></p>  | <p>LEO ALBERTO CRODO<br/> <small>ARQUITETO</small></p> |   |  |                                      |

MINISTÉRIO DA FAZENDA

OBRA/ENDEREÇO  
ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SÃO PAULO - SP  
AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ

#### 4º PAVIMENTO

FASE

**PROJETO EXECUTIVO**

|                |                                     |
|----------------|-------------------------------------|
| A FAZENDA<br>Z | FOLHA<br><div>06</div> <div>2</div> |
|----------------|-------------------------------------|

DATA MARÇO 2014

ESCALA 1:100

ESCALA 1:100  
CONCORRÊNCIA  
01/2012

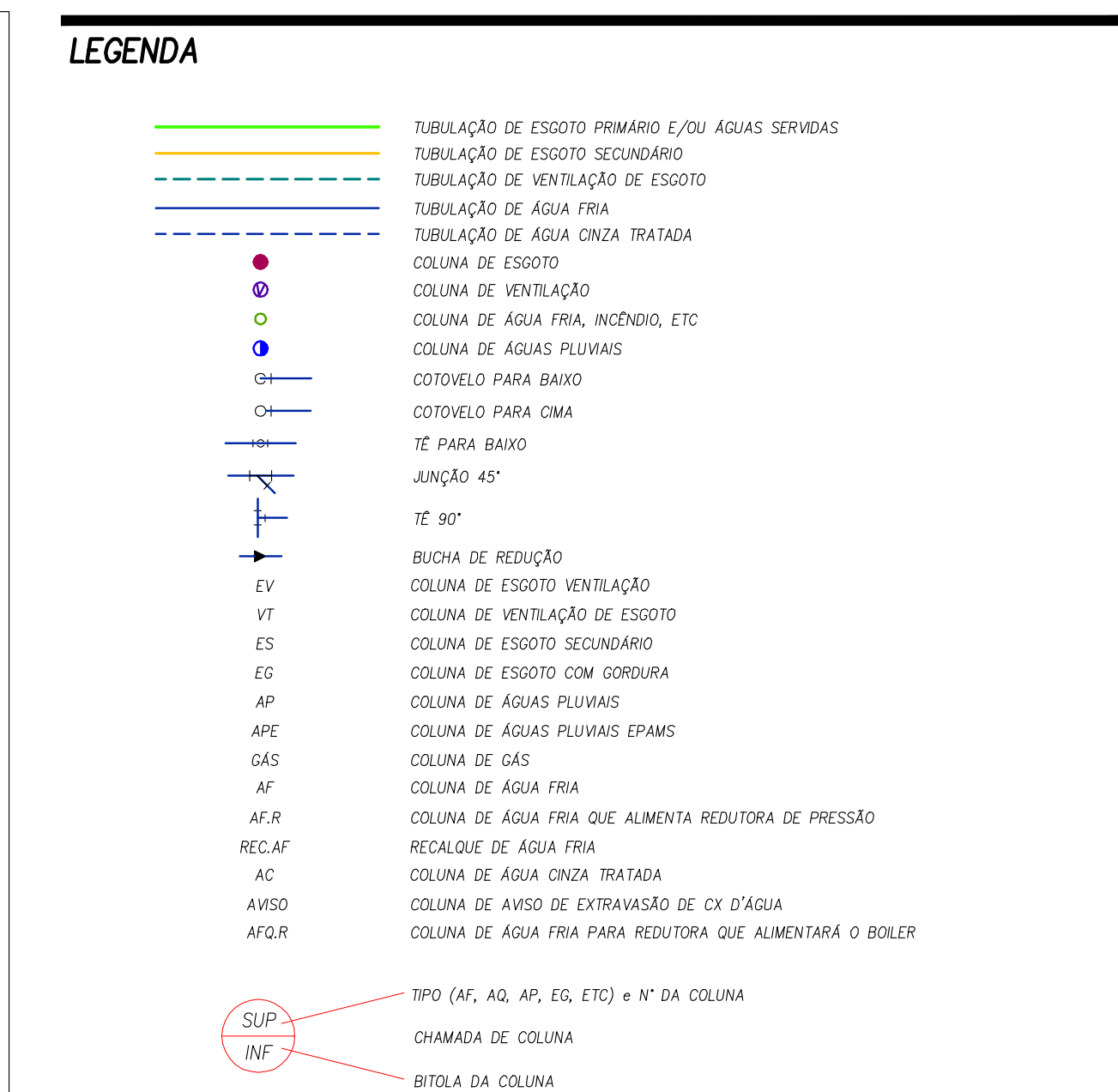
FASE

|         |  |
|---------|--|
| DESENHO |  |
|---------|--|

## PROJETO EXECUTIVO

|          |                          |
|----------|--------------------------|
| SAMANTHA | 1728-HID-008-PLA-PA04-R0 |
|----------|--------------------------|





## DEFINIÇÕES

### TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DIÂMETROS


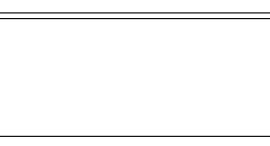






| POLEGADA | PPC (mm) | CPIC (mm) | COBRE (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) | PPC (mm) |
|----------|----------|-----------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|          | est. 8   | est. 10   | est. 12    | est. 14  | est. 16  | est. 18  | est. 20  | est. 22  | est. 24  | est. 26  | est. 28  | est. 30  |
| 1/2"     | 12,5     | 15,8      | 19,1       | 22,4     | 25,7     | 29,0     | 32,3     | 35,6     | 38,9     | 42,2     | 45,5     | 48,8     |
| 3/4"     | 21,6     | 27,2      | 33,8       | 40,4     | 47,0     | 53,6     | 60,2     | 66,8     | 73,4     | 80,0     | 86,6     | 93,2     |
| 1"       | 27,8     | 34,9      | 42,9       | 50,8     | 58,8     | 66,8     | 74,7     | 82,7     | 90,6     | 98,6     | 106,6    | 114,6    |
| 1 1/4"   | 35,2     | 44,0      | 52,8       | 61,6     | 70,4     | 79,2     | 88,0     | 96,8     | 105,6    | 114,4    | 123,2    | 132,0    |
| 1 1/2"   | 40,2     | 50,0      | 59,8       | 69,6     | 79,4     | 89,2     | 99,0     | 108,8    | 118,6    | 128,4    | 138,2    | 148,0    |
| 2"       | 53,6     | 66,4      | 79,2       | 92,0     | 104,8    | 117,6    | 130,4    | 143,2    | 156,0    | 168,8    | 181,6    | 194,4    |
| 2 1/2"   | 66,8     | 82,4      | 98,0       | 113,6    | 129,2    | 144,8    | 160,4    | 176,0    | 191,6    | 207,2    | 222,8    | 238,4    |
| 3"       | 76,8     | 95,2      | 113,6      | 132,0    | 150,4    | 168,8    | 187,2    | 205,6    | 224,0    | 242,4    | 260,8    | 279,2    |
| 4"       | 107,6    | 131,2     | 154,8      | 178,4    | 202,0    | 225,6    | 249,2    | 272,8    | 296,4    | 320,0    | 343,6    | 367,2    |

NÃO NO CASO DE ALTERAÇÃO DE MATERIAL, DEPENDER SE DEPENDEREM INTERIO, LIGAS OU SUPERFÍCIE METÁLICA, ESPECIFICADO NO PROJETO.

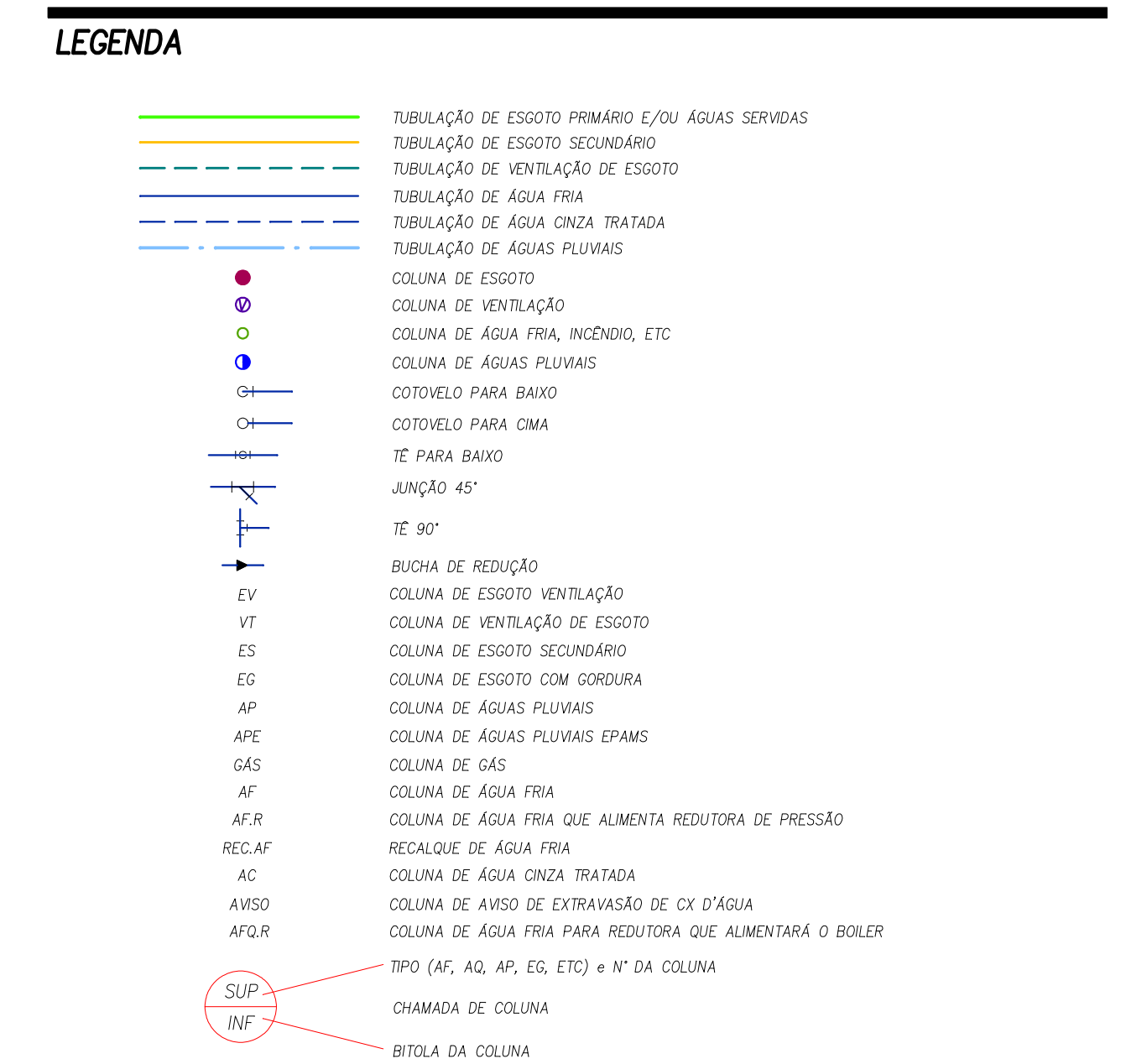
|    |            |   |          |      |
|----|------------|---|----------|------|
| 02 | 23/11/2015 | INSERIDA PREVISÃO DE HIDRÔMETRO NOS BANHEIROS | SAMANTHA | LUIZ |
| 01 | 28/10/2014 | INSERIDAS PRIMARIAS AP-21, AP-22 E AP-23      | SAMANTHA | LUIZ |
| 00 | 05/08/2014 | EMISSÃO INICIAL                               | ALANNA   | LUIZ |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO                                     | DESENHO  | VER  |

## NOTAS:

- 1 - TODAS AS TUBULAÇÕES CORREM SOBRE O TERMO OU EM SANCA, NO TETO, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.
- 2 - OS DIÂMETROS APRESENTADOS SÃO OS DE FORNO DO FABRICANTE E ESTÃO INDICADOS EM mm (VER TABELA DE EQUIVALÊNCIA). DIÂMETRO EXISTENTE E ÁGUA-VAZÃO QUE SÃO OS NOMINAIS.
- 3 - OS MATERIAIS ESPECIFICADOS NAS TUBULAÇÕES SÃO:
  - 1-E/F/CGSS
  - 2-PVC BRANCO
  - 3-W"
  - 4-PVC SERRA V
  - 5-W/CGSS
  - 6-PVC MARROM
  - 6-R/CE/PA/PC
  - 7-PBR (PM-20)
  - 8-ARE
  - 9-CPMS
  - 10-COMBO
  - 11-CAO
- 4 - PARA TUBULAÇÃO DE ESGOTO, CONSERVAR O MÓDULO INDICADO :
  - 1-400mm, 450mm E 450mm = 1/2" SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA
  - 2-400mm, 450mm = 1/2" SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA
- 5 - O SISTEMA DEWAS NÃO UTILIZA TUBULAÇÃO DE 1/2" PARA INDICAÇÃO DE ÁGUA EM COBERTURA.
- 6 - PARA TUBULAÇÃO DE ÁGUA-VAZÃO, CONSERVAR O MÓDULO INDICADO ABAIXO:
- 7 - MÓDULO DESCRITO E PARTE INTEGRANTE DO PROJETO E DEVEM SER CONSULTADO ANTES DA EXECUÇÃO DESSE PROJETO.

|   |   |   |
|---|---|---|
|  | <p><b>PROJETO HIDRÁULICO</b></p> <p>LISE OLIVEIRA LARA RODRIGUES<br/>       1309-570-8888-010</p>   |  |
|  | <p><b>PROCON ENGENHARIA LTDA.</b><br/>       R. JOAQUIM FLOREANO, 408 - PAVANET, Fone (11) 2198-4862 - SÃO PAULO-SP<br/> <a href="mailto:projeto@proconsp.com.br">projeto@proconsp.com.br</a></p>   |  |
|  | <p><b>AUTORES DO PROJETO</b></p> <p>NESTAS BERTOLINICI - NASTAS<br/>       ANDRÉ BERTOLINICI<br/>       NESTAS BERTOLINICI &amp; CIRCO<br/>       ANDRÉ BERTOLINICI</p>   |  |
|  | <p><b>NASTAS, BERTOLINICI &amp; CIRCO - ARQUITETOS</b></p> <p>RUA VENEZA REGINA, 291 - FONE (11) 4054-1118 - CANDIOTI-PR<br/>       E-MAIL: <a href="mailto:bertolinici@nastascirco.com.br">bertolinici@nastascirco.com.br</a> - CANDIOTI, PR</p> |  |





| PROFUNDIDADE | PVC 40x40 | PVC 45x45 | CORRETE | PVC 50x50 | PVC 60x60 | PVC 70x70 | PVC 80x80 | PVC 90x90 | PVC 100x100 |
|--------------|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| 0"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1/4"         | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1/2"         | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 3/4"         | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1 1/4"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 1 3/4"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 2"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 2 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 3"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 3 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 4"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 4 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 5"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 5 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 6"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 6 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 7"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 7 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 8"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 8 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 9"           | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 9 1/2"       | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 10"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 10 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 11"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 11 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 12"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 12 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 13"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 13 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 14"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 14 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 15"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 15 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 16"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 16 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 17"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 17 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 18"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 18 1/2"      | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 19"          | 40        | 45        | 50      | 60        | 70        | 80        | 90        | 100       | 110         |
| 19 1/2"      | 40        | 45        | 50      |           |           |           |           |           |             |

## NOTAS:

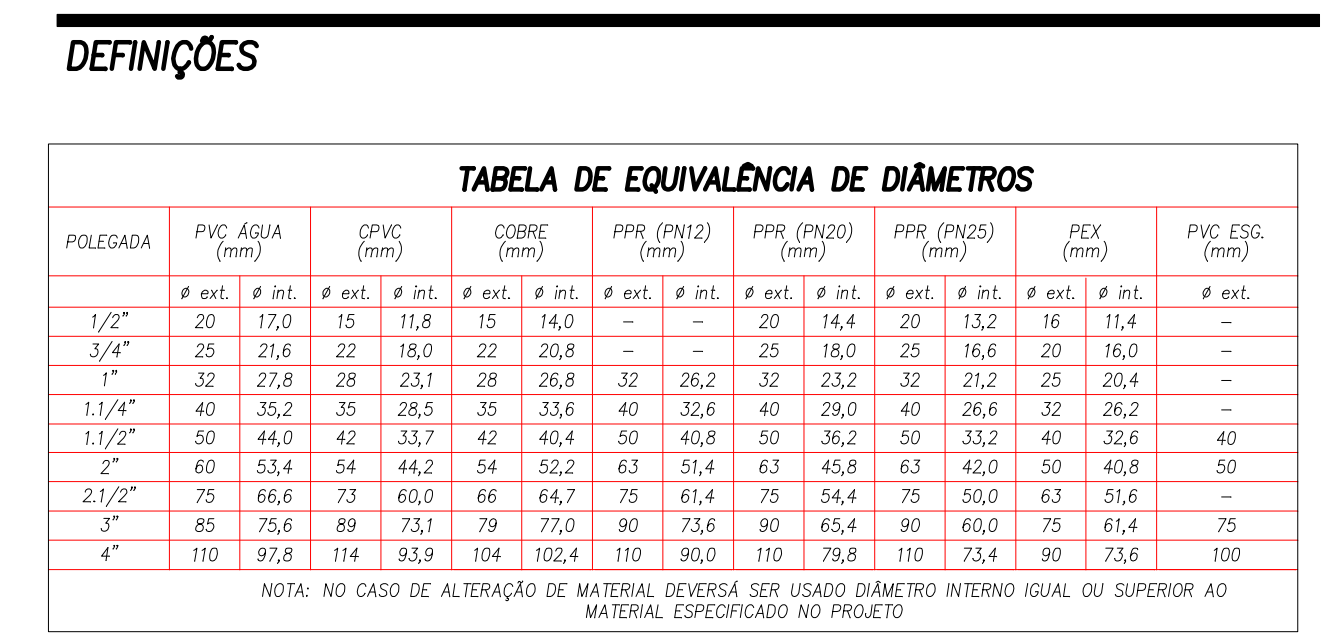
- 1- TODAS AS TUBULAÇÕES CORREM SOB O RIGOR DE ENCAIXE NO TETO, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.
- 2- OS DIMENSÕES APRESENTADAS SÃO OS EXTERNOS DO PARAFUSO E ESTÃO INDICADAS EM MM (VER TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE O SÍMBOLO E AS UNIDADES QUE SÃO OS NOMINAIS).
- 3- EM TUBULAÇÕES EXPONIDAS DAS TUBULAÇÕES SÃO:
  - 1- 1/2" E 3/4" - PVC BRANCO
  - 2- 1" - PVC SOTER H
  - 3- 1" 1/2" - PVC SOTER M
  - 4- 2" - PVC SOTER M (PN-20)
  - 5- 4" - PEAD
  - 6- 6" - CORRUM
- 4- PARA TUBULAÇÕES DE ESQUOTO, CONSIDERAR O SEGUINTE TIPO DE ACABAMENTO:
  - 1- 40mm x 20mm x 1/2" em 1" - LATEX SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA
  - 2- 2" (50mm) e 3" (75mm) - LATEX SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA
- 5- O SISTEMA PNEUMÁTICO SERÁ UTILIZADO APENAS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA COZINHA
- 6- PARA TUBULAÇÕES DE ÁGUA PLUVIAL, DEVE-SE ADOPTAR O TIPO DE TUBO INDICADO NO PROJETO.
- 7- MEMÓRIA, ACABAMENTO E PINTURA, DE ACORDO COM O PROJETO E DE ACORDO COM O CONDIÇÃO DE USO DA PREVENÇÃO DESEJADA. PROJETO.

|   |  |                        |                        |                        |                        |                    |                             |                    |                    |                                |
|---|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------|
| <div><div><div>PROCON</div><div>ENGENHARIA LTDA</div><div>PROJEÇÃO DE OBRAS</div></div></div> | <div>PROJETO HIDRÁULICO</div> <div><div>1502 AV.ATLÂNTICA, 600 TORRE 1</div><div>SALA 020 - CENAS - RIO DE JANEIRO</div></div> <div><div>PROCON ENGENHARIA LTDA.</div><div>R. CARLOS F. LUTZ - 100 - FLORESTA - 11111-110 - SÃO PAULO - SP</div></div>   |                        |                        |                        |                        |                    |                             |                    |                    |                                |
| <div><div><div>NBC</div><div>ENGENHARIA</div></div></div>                                     | <div>AUTORES DO PROJETO</div> <div><table><tr><td>COORDENADOR GERAL</td><td>COORDENADOR DE PROJETO</td><td>COORDENADOR DE PROJETO</td><td>COORDENADOR DE PROJETO</td></tr><tr><td>ALCANTARA, MARCELO</td><td>VICTOR H. ALBERTO GONCALVES</td><td>ALCANTARA, MARCELO</td><td>ALCANTARA, MARCELO</td></tr></table><div><div>NATÁLIA BERTOLUCCI &amp; CÍRCIO - ARQUITETOS</div><div>RUA MARIA REINALDES, 201 - FLORES - 110-205-111 - CASCAVEL - PR</div></div></div> | COORDENADOR GERAL      | COORDENADOR DE PROJETO | COORDENADOR DE PROJETO | COORDENADOR DE PROJETO | ALCANTARA, MARCELO | VICTOR H. ALBERTO GONCALVES | ALCANTARA, MARCELO | ALCANTARA, MARCELO | <div>ARQ</div> <div>1354</div> |
| COORDENADOR GERAL   | COORDENADOR DE PROJETO   | COORDENADOR DE PROJETO | COORDENADOR DE PROJETO |                        |                        |                    |                             |                    |                    |                                |
| ALCANTARA, MARCELO  | VICTOR H. ALBERTO GONCALVES  | ALCANTARA, MARCELO     | ALCANTARA, MARCELO     |                        |                        |                    |                             |                    |                    |                                |

|  |                          |  |  |
|--|--------------------------|--|--|
| <br><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>              |                          | <b>08</b><br><b>28</b>   |  |
| OBRA/ENDEREÇO<br><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b><br><b>SÃO PAULO - SP</b><br><b>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ</b> |                          | FOLHA  |  |
| DENOMINAÇÃO DO DESENHO<br><b>HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO</b>  |                          | DATA<br><b>MARÇO 2014</b><br>ESCALA<br><b>1:75</b><br>CONCORRÊNCIA<br><b>01/2012</b> |  |
| <b>22º PAVIMENTO</b>   |                          |  |  |
| FASE<br><b>PROJETO EXECUTIVO</b>   | DESENHO<br><b>ALANNA</b> | ARQUIVO<br><b>1728-HID-008-PLA-PA22-R01</b>  |  |

| ARQUIVOS DE REFERÊNCIA – COMPLEMENTARES |            |                                     |         |          |                     |
|---|------------|-------------------------------------|---------|----------|---------------------|
| FOLHA                                   | DISCIPLINA | NOME DO ARQUIVO                     | REVISÃO | DATA     |                     |
| 06                                      | ARO        | 1354-MF-SF-ARO-PE-08-PAIV-22-R00    | R00     | 27/03/14 | BASE DA ARQUITETURA |
| 06                                      | ARO        | 1354-MF-SF-ARO-PE-RS-06-PAIV-22-R00 | R00     | 10/03/14 | PARAÍMAÇÃO DE PISO  |
| 07                                      | ARC        | 1354-MF-SF-ARC-PE-07-22PAIV-R0      | R00     | 09/05/14 | AR CONDICIONADO     |





## NOTAS:

- 1- TODAS AS TABELAS CORRESPONDEM AO TÍTULO DO TRABALHO EM SANCA NO TÍTULO, SENDO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.
- 2- OS DADOS SÃO APRESENTADOS SOB O TÍTULO DO PARÂMETRO E SEUS INDICADORES EM HÍFEN (VER TABELA DE EQUIVALÊNCIA). EXISTEM TAMBÉM AS ÁGUAS PLUVIAIS QUE SÃO OS NOMINAIS
- 3- OS ÍTENS NOME ESPECIFICADOS SÃO TABELADAS EM:
 

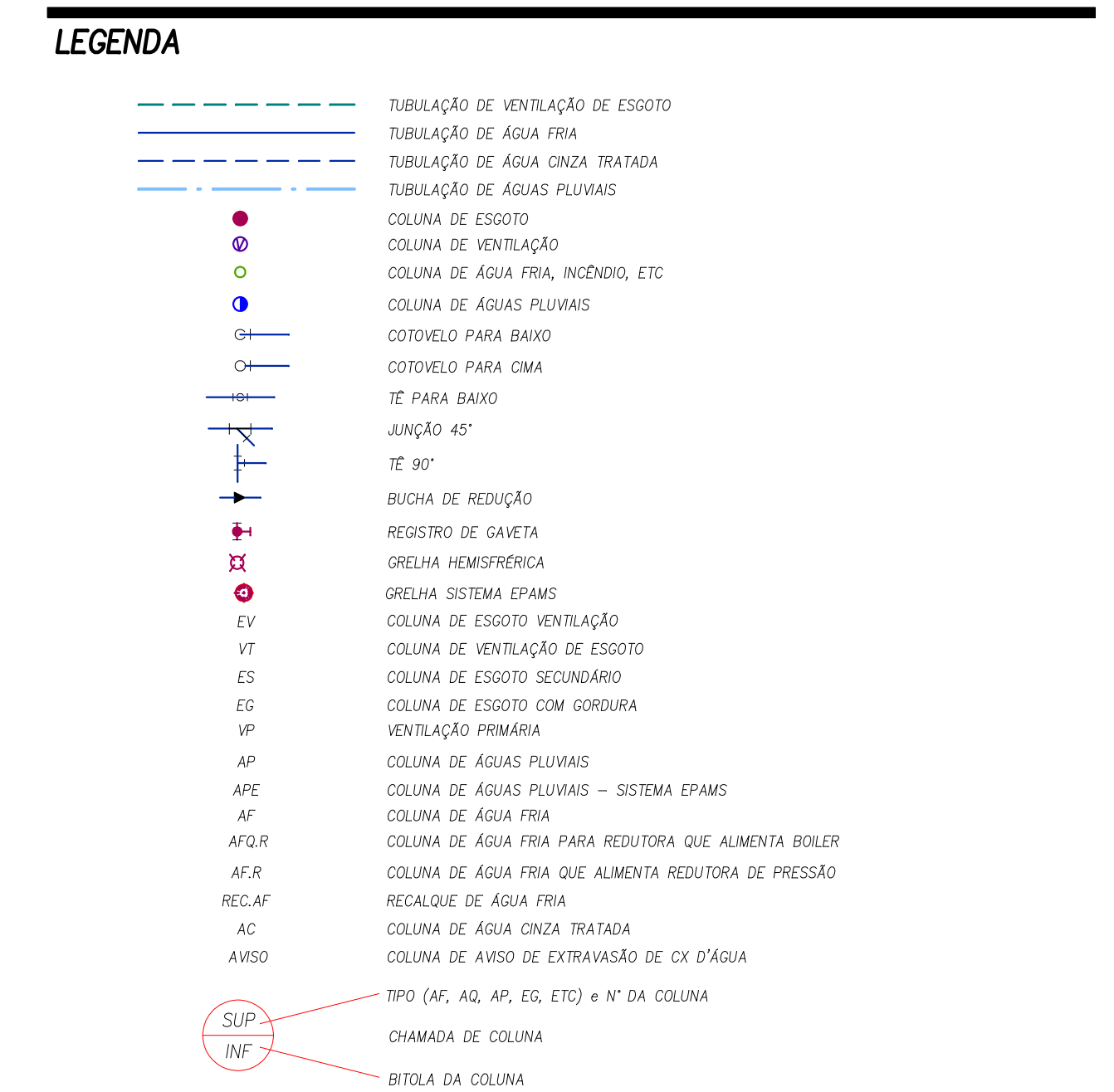
|            |                   |
|------------|-------------------|
| 1-ACIDENTE | - FIC. INACIDENTE |
| 2-ANP      | - FIC. OUTRE R    |
| 3-AC/AV    | - FIC. AVAREM     |
| 4-REC/M/AC | - FIC. (IN)-20    |
| 5-ARE      | - EXAMES          |
| 6-OSSE     | - OSSEME          |
- 4- PARA TABELAS DE ESSOITO, CONSIDERAR O NOME DO MODULO
 

|                                 |                                 |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1-ACIDENTE, ACIDENTE E ACIDENTE | - FIC. SAUVA INDICAÇÃO CONTINUA |
| 2-ACIDENTE E ACIDENTE           | - FIC. SAUVA INDICAÇÃO CONTINUA |
- 5- O SISTEMA ENTRA SEM UTILIZADO APÓS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA COBERTURA.
- 6- PARA TABELAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONSIDERAR O NOME DO INDICADOR E SEUS INDICADORES.
- 7- MEMORIAL DESCRITIVO E PARTE ANEXAS DO PROJETO DE GERAR SER CONSULTADO ANTES DA DEPOSIÇÃO DESSE PROJETO.

|   |  |  |
|---|--|--|
|  <h1 style="margin: 0;">MINISTÉRIO DA FAZENDA</h1> |  |  |
| OBRA/ENDEREÇO<br><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b><br><b>SÃO PAULO - SP</b><br><b>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ</b>      |  | FOLHA<br><div style="font-size: 48pt; font-weight: bold; text-align: center;">09</div> de 20 |
| DENOMINAÇÃO DO DESENHO<br><b>HIDRAULICO-PROJETO EXECUTIVO</b>   | DATA<br><b>MARÇO 2014</b><br>ESCALA<br><b>1:75</b><br>CONCORDÂNCIA<br><b>01/2012</b> |  |
| <h2 style="margin: 0;">23º PAVIMENTO</h2>   |  |  |
| FASE<br><b>PROJETO EXECUTIVO</b>  | DESENHO<br><b>ALANNA</b>   | ARQUIVO<br><b>1728-HID-008-PLA-PA23-R0</b>   |

| ARQUIVOS DE REFERÊNCIA – COMPLEMENTARES |            |                                     |         |          |                     |
|---|------------|-------------------------------------|---------|----------|---------------------|
| FOLHA                                   | DISCIPLINA | NOME DO ARQUIVO                     | REVISÃO | DATA     |                     |
| 09                                      | ARO        | 1.554-MF-MP-ARO-PE-09-PAV-23-ROO    | ROO     | 25/09/74 | BASE DA ARQUITETURA |
| 07                                      | ARO        | 1.554-MF-MP-ARO-PE-RS-07-PAV-23-ROO | ROO     | 10/03/74 | PAVILHÃO DE PESQ    |
| 06                                      | ARC        | 1.554-MF-MP-ARO-PE-RS-19-23PAV-RO   | ROO     | 09/05/74 | AR CONDICIONADO     |





## DEFINIÇÕES


| PROJEÇÃO | PVC ALFA |        | CORRETE |        | PVC (P202) |        | PVC (P202) |        | PVC (P202) |        | PVC (P202) |        | PVC (P202) |        |
|----------|----------|--------|---------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
|          | Ø ext.   | Ø int. | Ø ext.  | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. |
| 1"       | 26,4     | 22,1   | 26,4    | 22,1   | 26,4       | 22,1   | 26,4       | 22,1   | 26,4       | 22,1   | 26,4       | 22,1   | 26,4       | 22,1   |
| 1 1/4"   | 33,4     | 28,9   | 33,4    | 28,9   | 33,4       | 28,9   | 33,4       | 28,9   | 33,4       | 28,9   | 33,4       | 28,9   | 33,4       | 28,9   |
| 1 1/2"   | 40,4     | 35,7   | 40,4    | 35,7   | 40,4       | 35,7   | 40,4       | 35,7   | 40,4       | 35,7   | 40,4       | 35,7   | 40,4       | 35,7   |
| 2"       | 50,8     | 45,7   | 50,8    | 45,7   | 50,8       | 45,7   | 50,8       | 45,7   | 50,8       | 45,7   | 50,8       | 45,7   | 50,8       | 45,7   |
| 2 1/2"   | 60,6     | 55,3   | 60,6    | 55,3   | 60,6       | 55,3   | 60,6       | 55,3   | 60,6       | 55,3   | 60,6       | 55,3   | 60,6       | 55,3   |
| 3"       | 76,2     | 69,3   | 76,2    | 69,3   | 76,2       | 69,3   | 76,2       | 69,3   | 76,2       | 69,3   | 76,2       | 69,3   | 76,2       | 69,3   |
| 4"       | 101,6    | 91,3   | 101,6   | 91,3   | 101,6      | 91,3   | 101,6      | 91,3   | 101,6      | 91,3   | 101,6      | 91,3   | 101,6      | 91,3   |

NOTA: No caso de o ALICATADO de MATERIAL PRECISO SER USADO DIÂMETRO INTERIO, AO SEQUESTRAR AO DIÂMETRO INTERIO DO ALICATADO, DEVE-SE SUBTRAIR 1,65 MM DO DIÂMETRO INTERIO DO ALICATADO.

|    |            |   |         |         |
|----|------------|---|---------|---------|
|    |            |   |         |         |
| 01 | 28/10/2014 | ALTERADA BASE DE ARQ. E INSERIDA PRUMADA DE AP (EXOS 5-C) | ALANNA  | LUIZ C. |
| 00 | 05/09/2014 | EMISSÃO INICIAL   | ALANNA  | LUIZ C. |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO   | DESENHO | VERIF.  |

**NOTAS:**

- [illegible]

[illegible]

|  |          |
|--|----------|
| OBRA/ENDEREÇO  | FOLHA    |
| ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA<br>SÃO PAULO - SP<br>AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ | 10<br>28 |

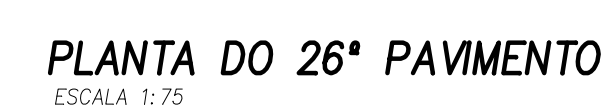
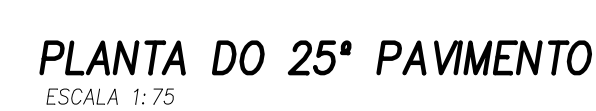
|                        |                              |              |            |
|------------------------|------------------------------|--------------|------------|
| DENOMINAÇÃO DO DESENHO | HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO | DATA         | MARÇO 2014 |
| 24º PAVIMENTO          |                              | ESCALA       | 1:75       |
|                        |                              | CONCORRÊNCIA |            |

|                   |         |                           |
|-------------------|---------|---------------------------|
|                   |         | 01/2012                   |
| FASE              | DESENHO | ARQUIVO                   |
| PROJETO EXECUTIVO | ALANNA  | 1728-HID-010-PLA-PA24-R01 |

[illegible]

| ARQUIVOS DE REFERÊNCIA – COMPLEMENTARES |            |                                    |         |          |                     |
|---|------------|------------------------------------|---------|----------|---------------------|
| FOLHA                                   | DISCIPLINA | NOME DO ARQUIVO                    | REVISÃO | DATA     |                     |
| 10                                      | ARG        | 1354-MF-SP-ARG-PE-10-PAV-24-R      | 01      | 05/09/14 | BASE DA ARQUITETURA |
| 08                                      | ARG        | 1354-MF-SP-ARG-PE-13-08-PAV-24-R03 | 01      | 10/03/14 | PARAÇÃO DE PISO     |
| 09                                      | ARC        | 1354-MF-SP-ARC-PE-20-24PAV-R0      | 000     | 09/05/14 | AR CONDICIONADO     |





## DEFINIÇÕES

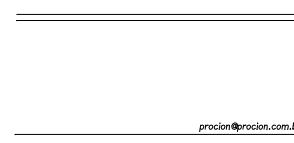

| TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DIÂMETROS |              |      |                   |        |                |     |           |     |           |     |           |     |           |     |           |     |            |     |
|-------------------------------------|--------------|------|-------------------|--------|----------------|-----|-----------|-----|-----------|-----|-----------|-----|-----------|-----|-----------|-----|------------|-----|
|                                     | PVC AÇO (mm) |      | PVC ALUMINUM (mm) |        | CORRUPÇÃO (mm) |     | PVC (mm)2 |     | PVC (mm)3 |     | PVC (mm)5 |     | PVC (mm)7 |     | PVC (mm)9 |     | PVC (mm)11 |     |
|                                     | 1/2"         | 3/4" | 1"                | 1 1/4" | 1 1/2"         | 2"  | 2 1/2"    | 3"  | 3 1/2"    | 4"  | 4 1/2"    | 5"  | 5 1/2"    | 6"  | 6 1/2"    | 7"  | 7 1/2"     | 8"  |
| 1/2"                                | 20           | 22   | 25                | 28     | 32             | 36  | 40        | 45  | 50        | 55  | 60        | 65  | 70        | 75  | 80        | 85  | 90         | 95  |
| 3/4"                                | 25           | 28   | 32                | 36     | 40             | 45  | 50        | 55  | 60        | 65  | 70        | 75  | 80        | 85  | 90        | 95  | 100        | 105 |
| 1"                                  | 32           | 36   | 40                | 45     | 50             | 55  | 60        | 65  | 70        | 75  | 80        | 85  | 90        | 95  | 100       | 105 | 110        | 115 |
| 1 1/4"                              | 40           | 45   | 50                | 55     | 60             | 65  | 70        | 75  | 80        | 85  | 90        | 95  | 100       | 105 | 110       | 115 | 120        | 125 |
| 1 1/2"                              | 50           | 55   | 60                | 65     | 70             | 75  | 80        | 85  | 90        | 95  | 100       | 105 | 110       | 115 | 120       | 125 | 130        | 135 |
| 2"                                  | 60           | 65   | 70                | 75     | 80             | 85  | 90        | 95  | 100       | 105 | 110       | 115 | 120       | 125 | 130       | 135 | 140        | 145 |
| 2 1/2"                              | 75           | 80   | 85                | 90     | 95             | 100 | 105       | 110 | 115       | 120 | 125       | 130 | 135       | 140 | 145       | 150 | 155        | 160 |
| 3"                                  | 90           | 95   | 100               | 105    | 110            | 115 | 120       | 125 | 130       | 135 | 140       | 145 | 150       | 155 | 160       | 165 | 170        | 175 |
| 3 1/2"                              | 105          | 110  | 115               | 120    | 125            | 130 | 135       | 140 | 145       | 150 | 155       | 160 | 165       | 170 | 175       | 180 | 185        | 190 |
| 4"                                  | 120          | 125  | 130               | 135    | 140            | 145 | 150       | 155 | 160       | 165 | 170       | 175 | 180       | 185 | 190       | 195 | 200        | 205 |
| 4 1/2"                              | 135          | 140  | 145               | 150    | 155            | 160 | 165       | 170 | 175       | 180 | 185       | 190 | 195       | 200 | 205       | 210 | 215        | 220 |
| 5"                                  | 150          | 155  | 160               | 165    | 170            | 175 | 180       | 185 | 190       | 195 | 200       | 205 | 210       | 215 | 220       | 225 | 230        | 235 |
| 5 1/2"                              | 165          | 170  | 175               | 180    | 185            | 190 | 195       | 200 | 205       | 210 | 215       | 220 | 225       | 230 | 235       | 240 | 245        | 250 |
| 6"                                  | 180          | 185  | 190               | 195    | 200            | 205 | 210       | 215 | 220       | 225 | 230       | 235 | 240       | 245 | 250       | 255 | 260        | 265 |
| 6 1/2"                              | 195          | 200  | 205               | 210    | 215            | 220 | 225       | 230 | 235       | 240 | 245       | 250 | 255       | 260 | 265       | 270 | 275        | 280 |
| 7"                                  | 210          | 215  | 220               | 225    | 230            | 235 | 240       | 245 | 250       | 255 | 260       | 265 | 270       | 275 | 280       | 285 | 290        | 295 |
| 7 1/2"                              | 225          | 230  | 235               | 240    | 245            | 250 | 255       | 260 | 265       | 270 | 275       | 280 | 285       | 290 | 295       | 300 | 305        | 310 |
| 8"                                  | 240          | 245  | 250               | 255    | 260            | 265 | 270       | 275 | 280       | 285 | 290       | 295 | 300       | 305 | 310       | 315 | 320        | 325 |
| 8 1/2"                              | 255          | 260  | 265               | 270    | 275            | 280 | 285       | 290 | 295       | 300 | 305       | 310 | 315       | 320 | 325       | 330 | 335        | 340 |
| 9"                                  | 270          | 275  | 280               | 285    | 290            | 295 | 300       | 305 | 310       | 315 | 320       | 325 | 330       | 335 | 340       | 345 | 350        | 355 |
| 9 1/2"                              | 285          | 290  | 295               | 300    | 305            | 310 | 315       | 320 | 325       | 330 | 335       | 340 | 345       | 350 | 355       | 360 | 365        | 370 |
| 10"                                 | 300          | 305  | 310               | 315    | 320            | 325 | 330       | 335 | 340       | 345 | 350       | 355 | 360       | 365 | 370       | 375 | 380        | 385 |

|    |            |  |  |          |    |
|----|------------|--|--|----------|----|
|    |            |  |  |          |    |
| 01 | 28/10/2014 | INSERIDA PRUMADA DE AP (PRÓXIMO AOS EIXOS 5-C) |  | SAMANTHA | LU |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL                                 |  | SAMANTHA | LU |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO                                      |  | DESENHO  | VE |

**NOTAS:**

- 1 - TODAS AS TUBULAÇÕES CORREM SOBRE O FORNO OU EM SANCA, NO TETO, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.
- 2 - OS MATERIAIS ESPECIFICADOS DAS TUBULAÇÕES SÃO:  

|           |               |
|-----------|---------------|
| 1-A/1/MSO | - PVC MARBOM  |
| 2-REC/AFR | - PPR (PN-20) |
| 3-GAS     | - COBRE       |
- 3 - MEMORIAL DESCRITIVO E PARTE INTEGRANTE DO PROJETO E GERA SER CONSULTADO ANTES DA EXECUÇÃO DESTES PROJETOS.

|  |  |                                   |  |                                       |  |                                   |                                 |
|--|--|-----------------------------------|--|---------------------------------------|--|-----------------------------------|---------------------------------|
| <div></div> | <div><p><b>PROJETO HIDRÁULICO</b></p><p>115,00 QUILÓGRAMAS DE BARRILETO<br/>2500, 040 4000 0000</p></div>  |                                   |  |                                       |  |                                   |                                 |
|  | <div><p><b>PROCON ENGENHARIA LTDA.</b><br/>R. JOSEPHINE GOMES, 100 - PARQUE TAMARA, 11131B-000 - SÃO PAULO - SP</p></div>  |                                   |  |                                       |  |                                   |                                 |
| <div></div> | <div><p><b>AUTORES DO PROJETO</b></p><table data-bbox="2569 1700 2734 1719"><tr><td>NELSON NABUZZI NETO<br/>PROJ. ELÉTRICO</td><td>RODRIGO ALBERTO BERTOLUCCI<br/>PROJ. HIDRÁULICO</td><td>LUIS ALBERTO CIRIO<br/>PROJ. CIVIL</td></tr></table><p>NATÁLIA BERTOLUCCI &amp; CIRIO - ARQUITETOS</p><p>RUA MINHO SERRA, 201, FONE 11-3115-1111 - GARÇA/SP</p><p>115,00 QUILÓGRAMAS DE BARRILETO 2500, 040 4000 0000</p></div> |                                   |  | NELSON NABUZZI NETO<br>PROJ. ELÉTRICO | RODRIGO ALBERTO BERTOLUCCI<br>PROJ. HIDRÁULICO | LUIS ALBERTO CIRIO<br>PROJ. CIVIL | <div><p>ARC</p><p>135</p></div> |
| NELSON NABUZZI NETO<br>PROJ. ELÉTRICO  | RODRIGO ALBERTO BERTOLUCCI<br>PROJ. HIDRÁULICO   | LUIS ALBERTO CIRIO<br>PROJ. CIVIL |  |                                       |  |                                   |                                 |



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OBRA/ENDEREÇO  
ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SÃO PAULO - SP  
AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ

FOLHA

11

|                        |                              |
|------------------------|------------------------------|
| DENOMINAÇÃO DO DESENHO | HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO |
|------------------------|------------------------------|

25° E 26° PAVIMENTO

## 25º E 26º PAVIMENTO

|                   |          |
|-------------------|----------|
| FASE              | DESENHO  |
| PROJETO EXECUTIVO | SAMANTHA |

| PROJECTS EXECUTIVE | GRAND TOTAL |
|--------------------|-------------|
|                    |             |

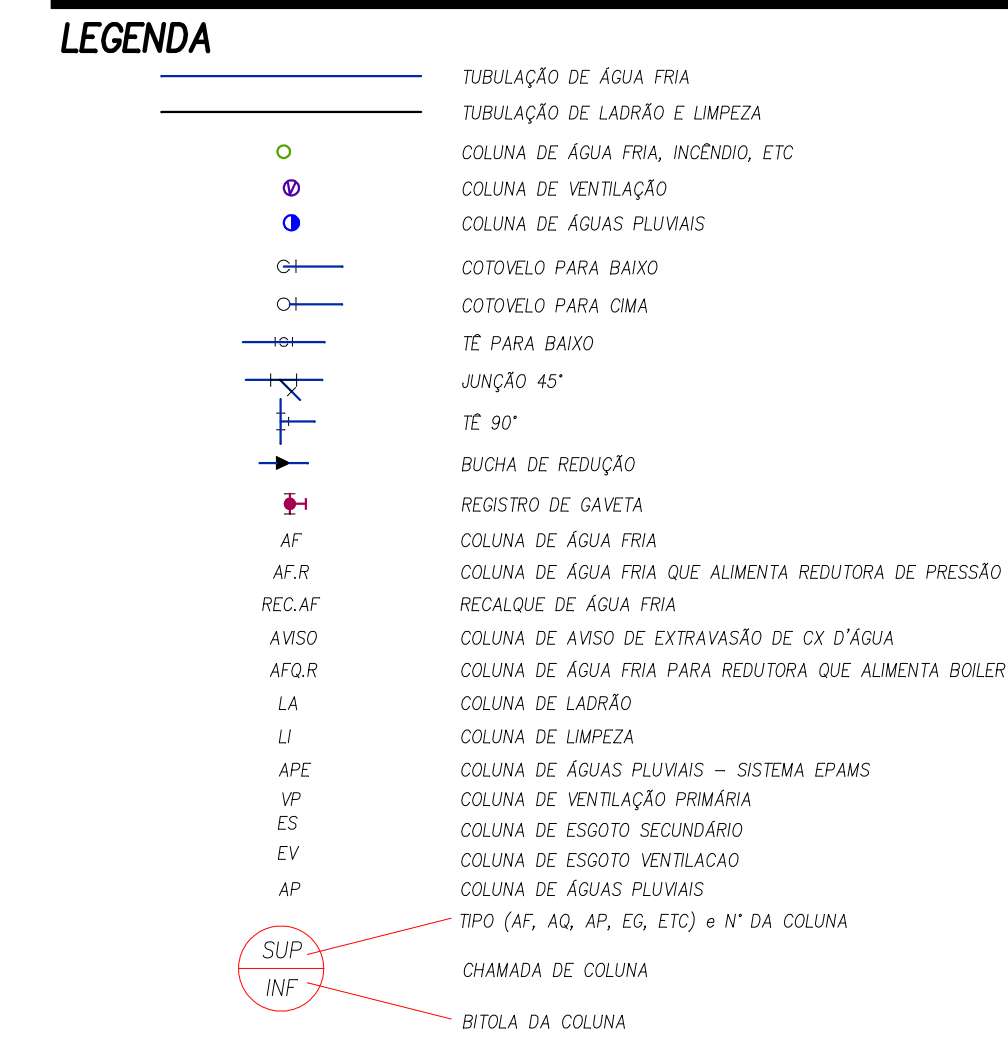
---

1

1 /  $\diamond$

| ARQUIVOS DE REFERÊNCIA – COMPLEMENTARES |            |                                 |         |          |                     |
|---|------------|---------------------------------|---------|----------|---------------------|
| FOLHA                                   | DISCIPLINA | NOME DO ARQUIVO                 | REVISÃO | DATA     |                     |
| 11                                      | ARG        | 1354-MF-SP-ARG-PE-11-PAV-25-R00 | R00     | 13/02/14 | BASE DA ARQUITETURA |
| 12                                      | ARG        | 1354-MF-SP-ARG-PE-12-PAV-26-R00 | R00     | 13/02/14 | BASE DA ARQUITETURA |

1.75






| POLEADA | PVC ÁGUA (mm) |        | CPVC (mm) |        | COBRE (mm) |        | PPR (PN12) (mm) |        | PPR (PN20) (mm) |        | PPR (PN25) (mm) |        | PEX (mm) |        | PVC ESG. (mm) |        |
|---------|---------------|--------|-----------|--------|------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|----------|--------|---------------|--------|
|         | Ø ext.        | Ø int. | Ø ext.    | Ø int. | Ø ext.     | Ø int. | Ø ext.          | Ø int. | Ø ext.          | Ø int. | Ø ext.          | Ø int. | Ø ext.   | Ø int. | Ø ext.        | Ø int. |
| 1/2"    | 20            | 17,0   | 15        | 11,8   | 15         | 14,0   | -               | -      | 20              | 14,4   | 20              | 13,2   | 16       | 11,4   | -             | -      |
| 3/4"    | 25            | 21,6   | 22        | 18,0   | 22         | 20,8   | -               | -      | 25              | 16,8   | 25              | 16,0   | 20       | 16,0   | -             | -      |
| 1"      | 32            | 27,8   | 28        | 21,2   | 28         | 26,8   | 32              | 26,2   | 32              | 23,2   | 32              | 21,2   | 25       | 20,4   | -             | -      |
| 1 1/4"  | 40            | 35,2   | 35        | 28,5   | 35         | 33,6   | 40              | 32,6   | 40              | 29,0   | 40              | 26,6   | 32       | 26,2   | -             | -      |
| 1 1/2"  | 50            | 44,0   | 42        | 33,2   | 42         | 40,4   | 50              | 40,8   | 50              | 36,2   | 50              | 33,2   | 40       | 32,8   | 40            | 30,8   |
| 2"      | 60            | 53,4   | 54        | 42,4   | 54         | 52,2   | 63              | 51,4   | 63              | 45,8   | 63              | 42,0   | 50       | 48,8   | 50            | 46,0   |
| 2 1/2"  | 75            | 66,6   | 73        | 60,0   | 74         | 69,7   | 75              | 61,4   | 75              | 54,4   | 75              | 50,0   | 63       | 51,6   | 60            | 56,0   |
| 3"      | 90            | 79,6   | 87        | 72,0   | 88         | 83,8   | 90              | 71,6   | 90              | 64,0   | 90              | 59,0   | 75       | 61,4   | 75            | 61,4   |
| 4"      | 110           | 97,8   | 114       | 93,0   | 104        | 102,0  | 110             | 90,0   | 110             | 79,8   | 110             | 73,4   | 90       | 73,6   | 100           | 95,0   |

NOTA: NO CASO DE ALTERAÇÃO DE MATERIAL, DEPENDERÁ SER USADO DIÂMETRO IGUAL, OU SUPERIOR AO MATERIAL ESPECIFICADO NO PROJETO

|    |            |  |          |      |
|----|------------|--|----------|------|
| 01 | 28/10/2014 | ALTERADO SHAFT (ESCADA) E INSERIDO GRELHA DE CAPTAÇÃO DE AP E PRUMADA DE AP (ESCADA) | SAMANTHA | LUIZ |
| 00 | 05/09/2014 | EMIÇÃO INICIAL   | ALANNA   | LUIZ |
| Nº | DATA       | DESCRIÇÃO  | DESENHO  | VER  |

- 1 - TODAS AS TUBULAÇÕES CORREM SOBRE O FORNO OU EM SANCA, NO TETO, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO.
- 2 - OS DIÂMETROS APRESENTADOS SÃO OS EXTERNOS DO FABRICANTE E ESTÃO INDICADOS EM mm (ver TABELA DE EQUIVALÊNCIA), EXCETO ESSO E ÁGUAS PLUVIAIS QUE SÃO OS NOMINAIS
- 3 - OS MATERIAIS ESPECIFICADOS DAS TUBULAÇÕES SÃO:
  - 1-AF/AVISO/LA/LI - PVC MARROM
  - 2-REC/AF.R - PPR (PN=20)
  - 3-APE - EPAMS
- 4 - MEMORIAL DESCRITIVO E PARTE INTEGRANTE DO PROJETO E DEVERÁ SER CONSULTADO ANTES DA EXECUÇÃO DESTES PROJETO.

|   |   |                        |
|---|---|------------------------|
|  | <p>PROJETO HIDRÁULICO</p> <p>LUIZ CLAUDIO LARA RODRIGUES<br/>ENGR. CIVIL 528314728</p>  | <p>ARG</p>             |
|  | <p>PROCIOM ENGENHARIA LTDA.<br/>R. JOSEMIL FLOREANO, 400 - FIANDEIR, Fone (11) 2168-4800 - SÃO PAULO SP<br/>prociom@prociom.br</p>  | <p>1354</p>            |
|  | <p>AUTORES DO PROJETO</p> <p>NELSON NASHI NASTAS      VICTOR HUGO BERTOLUCCI<br/>ARQ. ARMBE-0                      ARQ. J2359-0</p> <p>NASTÁS, BERTOLUCCI &amp; CIRCO - ARQUITETOS<br/>RUA MINAS GERAIS, 201, FONE (41) 3225-1119 - CASCAVEL PR<br/>nbc@nbcarquitectos.com.br</p> | <p>ARG</p> <p>1354</p> |



OBRA/ENDEREÇO  
ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SÃO PAULO - SP  
AVENIDA PRESTES MAIA, 733, BAIRRO LUZ

FOLHA

12

28

DENOMINAÇÃO DO DESENHO    HIDRÁULICO-PROJETO EXECUTIVO

**PLANTA DO RESERVATÓRIO**

|                   |         |                           |
|-------------------|---------|---------------------------|
| FASE              | DESENHO | ARQUIVO                   |
| PROJETO EXECUTIVO | ALANNA  | 1728-HID-012-PLA-PA27-R01 |

**PLANTA DO 27º PAVIMENTO – RESERVATÓRIO**  
ESCALA: 1:75

[illegible]



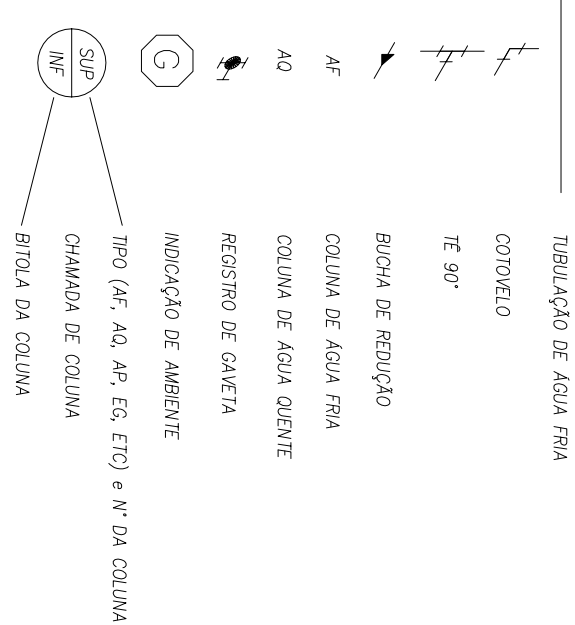








LEGENDA




| EVALUACIÓN DE EFECTOS PARA DISEÑO DE MODULOS       |      |      |    |        |        |    |        |    |     |
|--|------|------|----|--------|--------|----|--------|----|-----|
| DIAMETRO NOMINAL<br>DEL CONCRETO<br>DE 28 DÍAS     | 1/2" | 3/4" | 1" | 1 1/4" | 1 1/2" | 2" | 2 1/2" | 3" | 4"  |
| DIAMETRO EFECTIVO DEL<br>BARRIDO DE 28 DÍAS DE PVC | 15   | 20   | 25 | 32     | 40     | 50 | 60     | 75 | 100 |
| DIAMETRO CORTE                                     | 15   | 25   | 32 | 40     | 50     | 60 | 75     | 85 | 110 |
| DIAMETRO DE 28 DÍAS DE<br>PVC                      | 20   | 25   | 28 | 35     | 42     | 54 | 66     | 79 | 104 |
| DIAMETRO DE 28 DÍAS DE<br>PVC                      | 20   | 25   | 32 | 40     | 50     | 63 | 79     | 90 | -   |

## DEFINIÇÕES

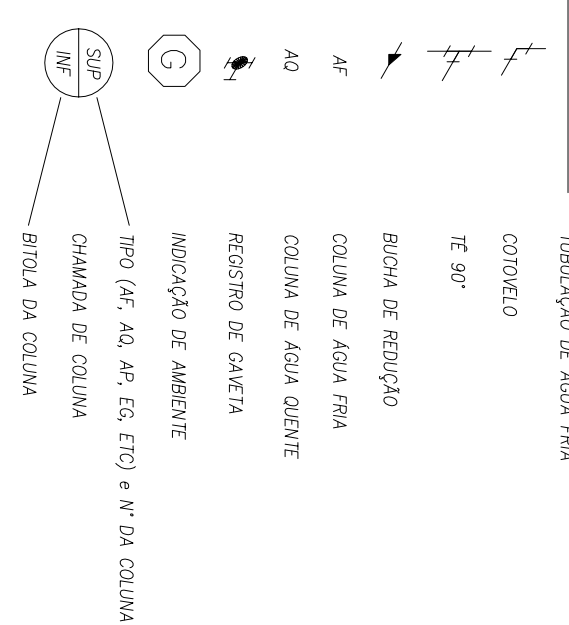
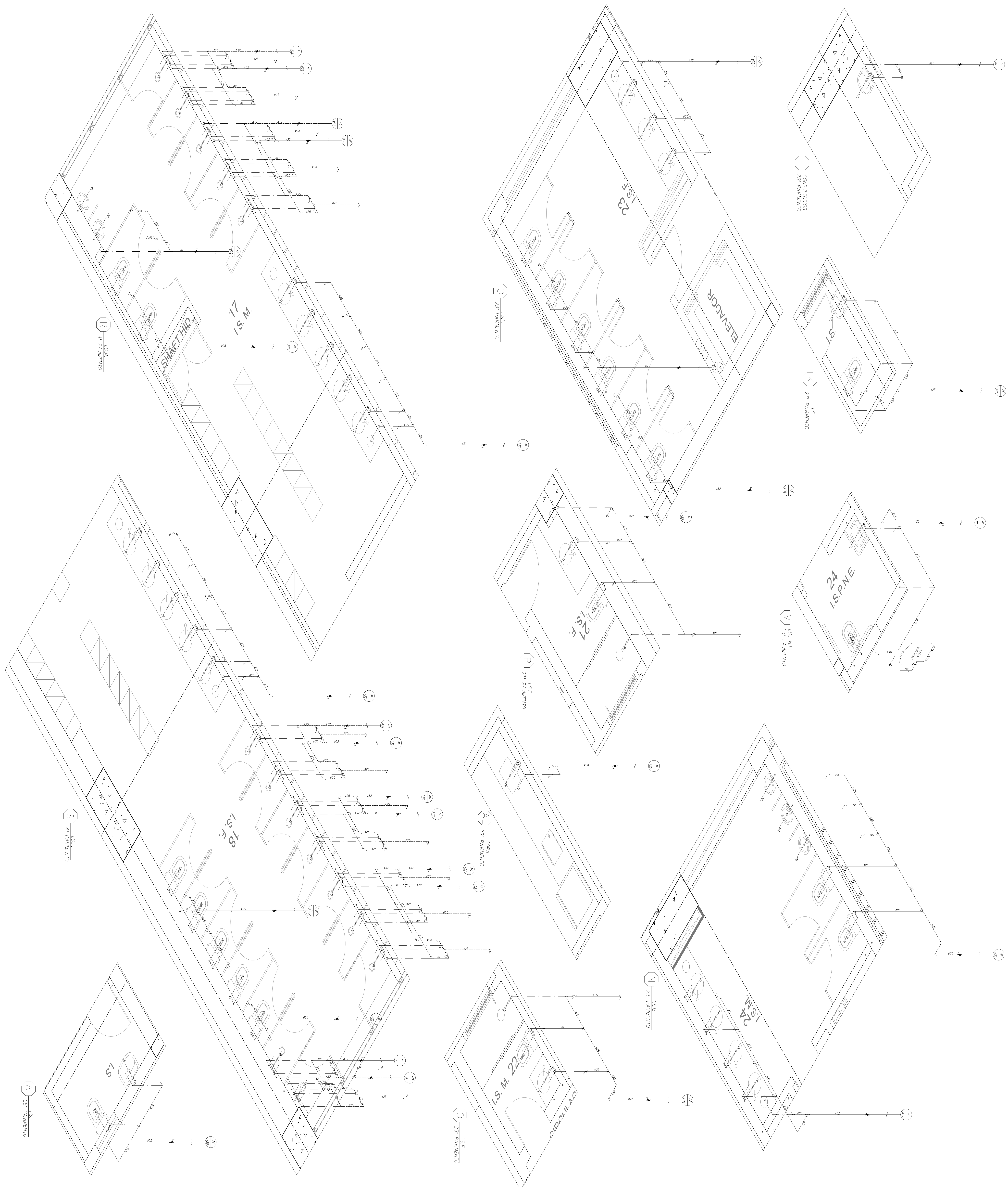
| NO      | 05062014 | CLASSIFICACAO | ALANNA  | LC     |
|---------|----------|---------------|---------|--------|
| IV      | DATA     | DESCRICAO     | ORCENHO | VERIF. |
| REVENHO |          |               |         |        |

NOTAS:

- [illegible]

|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
|    |  | <p><b>PROJETO DE LEI Nº 1738-1/2014</b></p> <p>PROJETO DE LEI Nº 1738-1/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014, DO SENADO FEDERAL</p> |  |
| <p><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b></p>   |  | <p><b>PROJETO DE LEI Nº 1738-1/2014</b></p> <p>PROJETO DE LEI Nº 1738-1/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014, DO SENADO FEDERAL</p> |  |
| <p><b>ED. SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA</b></p> <p><b>SÃO PAULO - SP</b></p> <p><b>AVENIDA PIRESTES MORAES 733, BARRIO LUIZ</b></p> |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |
| <p><b>ORÇAMENTÁRIO</b></p>  |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |
| <p><b>RENOVAÇÃO DO SENADO</b></p> <p><b>DETALHES ESCRITÓRIOS</b></p> <p><b>PAYMENTO TIPO</b></p>                                    |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |
| <p><b>PROJETO EXECUTIVO</b></p>   |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p> <p><b>ATUALIZAÇÃO</b></p>  |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |
| <p><b>1738-1/2014-SENADO</b></p>  |  | <p><b>ARQ</b></p> <p><b>1354</b></p>  |  |





## LEGENDA

[illegible]

## DEFINIÇÕES

|    |           |                 |         |        |
|----|-----------|-----------------|---------|--------|
| 00 | 050902014 | EMISSÃO INICIAL | ALIANA  | LC     |
| Nº | DATA      | DESCRIÇÃO       | DESENHO | VERIF. |
|    |           |                 |         |        |
|    |           |                 |         |        |

## NOTAS:

- [illegible]

[illegible]



















## **ANEXO IV**



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Seção de Engenharia e Manutenção Predial

| CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO |   |                |                            |       |       |                               |       |                     |       |                |       |
|------------------------------|---|----------------|----------------------------|-------|-------|-------------------------------|-------|---------------------|-------|----------------|-------|
| ITEM                         | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | P. TOTAL       | ETAPA 1 - PROJETOS BÁSICOS |       |       | ETAPA 2 - PROJETOS EXECUTIVOS |       | ETAPA 3 - ORÇAMENTO |       | RECEBIMENTO    |       |
|                              |   |                | MÊS 1                      | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4                         | MÊS 5 | MÊS 6               | MÊS 7 | MÊS 8          | MÊS 9 |
| 1                            | Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital. | R\$ 170.512,68 | R\$ 68.205,07              |       |       | R\$ 51.153,80                 |       | R\$ 51.153,80       |       | R\$ 0,00       |       |
|                              |   |                | 40,00%                     |       |       | 30,00%                        |       | 30,00%              |       | 0,00%          |       |
| TOTAL:                       |   |                | R\$ 68.205,07              |       |       | R\$ 51.153,80                 |       | R\$ 51.153,80       |       | R\$ 0,00       |       |
|                              |   |                | 40,00%                     |       |       | 30,00%                        |       | 30,00%              |       | 0,00%          |       |
| TOTAL ACUMULADO:             |   |                | R\$ 68.205,07              |       |       | R\$ 119.358,88                |       | R\$ 170.512,68      |       | R\$ 170.512,68 |       |
|                              |   |                | 40,00%                     |       |       | 70,00%                        |       | 100,00%             |       | 100,00%        |       |

| Item | Descrição                           | Descrição  | Prazos (dias) | Percentual de Pagamento |
|------|-------------------------------------|--|---------------|-------------------------|
| 1    | Elaboração de Projeto Básico        | Levantamentos e Apresentação das soluções viáveis e escolha da mais vantajosa. | 15            | 40%                     |
|      |                                     | Elaboração da documentação técnica (desenhos e memoriais).                     | 30            |                         |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |
| 2    | Elaboração de Projeto Executivo     | Elaboração de documentação técnica   | 30            | 30%                     |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |
| 3    | Elaboração de Orçamento Referencial | Elaboração de planilhas e orçamento  | 30            | 30%                     |
|      |                                     | Análise dos produtos pelo Ministério.  | 10            |                         |
|      |                                     | Realização, pela empresa, de correções solicitadas pelo Ministério.            | 10            |                         |
|      |                                     | Análise e aceitação dos produtos pelo Ministério.                              | 10            |                         |

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>Prazo de Execução</b> | <b>195</b> |
|--------------------------|------------|

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| Recebimento Provisório     | 15         |
| Recebimento Definitivo     | 45         |
| <b>Vigência Contratual</b> | <b>255</b> |

## **ANEXO V**



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados / Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Seção de Engenharia e Manutenção Predial

IMR - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA  
DADOS CONTRATUAIS

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Processo original     |  |
| Nº do contrato        |  |
| Contratada            |  |
| Objeto                | Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital |
| Vigência contratual   |  |
| Portaria Fiscalização |  |

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AVALIADOS

|                              |   |                             |  |
|------------------------------|---|-----------------------------|--|
| Etapas/Período de referência | Etapa 1 - Elaboração dos Projetos Básicos |                             |  |
| Nº da Ordem de Serviço       |   | Data de emissão             |  |
| Data da 1ª Entrega           |   | Data prevista da 1ª entrega |  |
| Data entrega da 1ª revisão   |   | Data da 1ª correção/revisão |  |
| Data da Entrega Final        |   |                             |  |

Nota 1: Se houver mais de uma revisão/entrega, incluir quantas linhas se fizerem necessárias

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

|  |   |  |    |  |       |
|--|---|--|----|--|-------|
| Quantidade total de dias de atraso (QDA) | 0 | Prazo total planejado para entrega (PPE)                       | 75 | Indicador de atraso nas execuções (IAE) = QDA/PPE      | 0     |
| Quantidade de revisões (QR)              | 1 | Quantidade de revisões desconsiderados pela Fiscalização (QRF) | 1  | Indicador de falhas/revisões (IFR) = (QR - (QRF+1))/10 | -0,10 |

Nota 2: São considerados para efeito de desconto na medição dos serviços, a somatória dos atrasos cujas justificativas não tenham sido aceitas pela Fiscalização.

Nota 3: A entrega da primeira revisão não será considerada no indicador de falhas. Poderão ser desconsideradas pela Fiscalização (QRF), revisões decorrentes de pedidos de alteração por parte do Ministério, que não configurem falhas da empresa.

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Indicador Total (IT) = IAE + IFR | -0,1 |
|----------------------------------|------|

PARÂMETROS

|               |   |
|---------------|---|
| IT <= 0       | Não há ajustes, uma vez que o nível desejado foi atingido.  |
| 0 < IT <= 0,3 | A empresa contratada será comunicada do fato, uma vez que foi constatado um atraso.   |
| 0,3 < IT <= 2 | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, será aplicado o fator de desconto.            |
| IT > 2        | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, poderá ser caracterizada inexecução da etapa. |

CÁLCULO DOS DESCONTOS

|                             |  |                                     |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Valor inicial da Etapa (VI) |  | Valor Final (VF) = VI x (1-(IT/10)) |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|

Nota 4: O valor final com desconto apenas será calculado nos casos indicados nos parâmetros acima, conforme determina o Contrato

OBSERVAÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

|  |
|--|
|  |
|--|

VALOR TOTAL MEDIDO

R\$ \_\_\_\_\_ (Valor por extenso)

Declaro, ante o exposto, o recebimento provisório dos serviços descritos neste documento, os quais foram prestados a contento e no interesse do Ministério.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados / Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Seção de Engenharia e Manutenção Predial

IMR - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA  
DADOS CONTRATUAIS

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Processo original     |  |
| Nº do contrato        |  |
| Contratada            |  |
| Objeto                | Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital |
| Vigência contratual   |  |
| Portaria Fiscalização |  |

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AVALIADOS

|                              |  |                             |  |
|------------------------------|--|-----------------------------|--|
| Etapas/Período de referência | Etapa 2 - Elaboração dos Projetos Executivos |                             |  |
| Nº da Ordem de Serviço       |  | Data de emissão             |  |
| Data da 1ª Entrega           |  | Data prevista da 1ª entrega |  |
| Data entrega da 1ª revisão   |  | Data da 1ª correção/revisão |  |
| Data da Entrega Final        |  |                             |  |

Nota 1: Se houver mais de uma revisão/entrega, incluir quantas linhas se fizerem necessárias

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

|  |   |  |    |  |       |
|--|---|--|----|--|-------|
| Quantidade total de dias de atraso (QDA) | 0 | Prazo total planejado para entrega (PPE)                       | 60 | Indicador de atraso nas execuções (IAE) = QDA/PPE    | 0     |
| Quantidade de revisões (QR)              | 1 | Quantidade de revisões desconsiderados pela Fiscalização (QRF) | 1  | Indicador de falhas/revisões (IFR)=(QR - (QRF+1))/10 | -0,10 |

Nota 2: São considerados para efeito de desconto na medição dos serviços, a somatória dos atrasos cujas justificativas não tenham sido aceitas pela Fiscalização.

Nota 3: A entrega da primeira revisão não será considerada no indicador de falhas. Poderão ser desconsideradas pela Fiscalização (QRF), revisões decorrentes de pedidos de alteração por parte do Ministério, que não configurem falhas da empresa.

|                                  |      |
|----------------------------------|------|
| Indicador Total (IT) = IAE + IFR | -0,1 |
|----------------------------------|------|

PARÂMETROS

|               |   |
|---------------|---|
| IT <= 0       | Não há ajustes, uma vez que o nível desejado foi atingido.  |
| 0 < IT <=0,3  | A empresa contratada será comunicada do fato, uma vez que foi constatado um atraso.   |
| 0,3 < IT <= 2 | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, será aplicado o fator de desconto.            |
| IT > 2        | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, poderá ser caracterizada inexecução da etapa. |

CÁLCULO DOS DESCONTOS

|                             |  |                                     |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Valor inicial da Etapa (VI) |  | Valor Final (VF) = VI x (1-(IT/10)) |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|

Nota 4: O valor final com desconto apenas será calculado nos casos indicados nos parâmetros acima, conforme determina o Contrato

OBSERVAÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

|              |
|--------------|
| <br><br><br> |
|--------------|

VALOR TOTAL MEDIDO

R\$ \_\_\_\_\_ (Valor por extenso)

Declaro, ante o exposto, o recebimento provisório dos serviços descritos neste documento, os quais foram prestados a contento e no interesse do Ministério.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados / Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo  
Divisão de Administração e Logística  
Seção de Engenharia e Manutenção Predial

IMR - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA  
DADOS CONTRATUAIS

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Processo original     |  |
| Nº do contrato        |  |
| Contratada            |  |
| Objeto                | Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital |
| Vigência contratual   |  |
| Portaria Fiscalização |  |

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS AVALIADOS

|                              |                                   |                             |  |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|--|
| Etapas/Período de referência | Etapa 3 - Elaboração do Orçamento |                             |  |
| Nº da Ordem de Serviço       |                                   | Data de emissão             |  |
| Data da 1ª Entrega           |                                   | Data prevista da 1ª entrega |  |
| Data entrega da 1ª revisão   |                                   | Data da 1ª correção/revisão |  |
| Data da Entrega Final        |                                   |                             |  |

Nota 1: Se houver mais de uma revisão/entrega, incluir quantas linhas se fizerem necessárias

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

|  |   |  |    |  |       |
|--|---|--|----|--|-------|
| Quantidade total de dias de atraso (QDA) | 0 | Prazo total planejado para entrega (PPE)                       | 60 | Indicador de atraso nas execuções (IAE) = QDA/PPE    | 0     |
| Quantidade de revisões (QR)              | 1 | Quantidade de revisões desconsiderados pela Fiscalização (QRF) | 1  | Indicador de falhas/revisões (IFR)=(QR - (QRF+1))/10 | -0,10 |

Nota 2: São considerados para efeito de desconto na medição dos serviços, a somatória dos atrasos cujas justificativas não tenham sido aceitas pela Fiscalização.

Nota 3: A entrega da primeira revisão não será considerada no indicador de falhas. Poderão ser desconsideradas pela Fiscalização (QRF), revisões decorrentes de pedidos de alteração por parte do Ministério, que não configurem falhas da empresa.

Indicador Total (IT) = IAE + IFR

-0,1

PARÂMETROS

|               |   |
|---------------|---|
| IT <= 0       | Não há ajustes, uma vez que o nível desejado foi atingido.  |
| 0 < IT <=0,3  | A empresa contratada será comunicada do fato, uma vez que foi constatado um atraso.   |
| 0,3 < IT <= 2 | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, será aplicado o fator de desconto.            |
| IT > 2        | Será considerada uma justificativa à empresa Contratada e, caso a Fiscalização não acate a justificativa, poderá ser caracterizada inexecução da etapa. |

CÁLCULO DOS DESCONTOS

|                             |  |                                     |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Valor inicial da Etapa (VI) |  | Valor Final (VF) = VI x (1-(IT/10)) |  |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|

Nota 4: O valor final com desconto apenas será calculado nos casos indicados nos parâmetros acima, conforme determina o Contrato

OBSERVAÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

|              |
|--------------|
| <br><br><br> |
|--------------|

VALOR TOTAL MEDIDO

R\$ \_\_\_\_\_ (Valor por extenso)

Declaro, ante o exposto, o recebimento provisório dos serviços descritos neste documento, os quais foram prestados a contento e no interesse do Ministério.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

## **ANEXO VI**





MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria e Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo

## MODELO - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone/ e-mail: \_\_\_\_\_

A empresa acima identificada, representada pelo (a) Sr. (a)

\_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, declara sob as penas da lei, ter conhecimento suficiente para a prestação do serviço, apenas com as informações prestadas no Edital e seus anexos, dispensando a vistoria nos locais previstos no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_. Declara ainda que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou de dificuldades técnicas não previstas.

São Paulo/SP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura - Responsável da empresa

## **ANEXO VII**



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo

### MODELO - DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Contratação de serviço de engenharia por empresa especializada na elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para alteração das prumadas de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no edifício Sede do MGI em São Paulo/SP, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone/ e-mail: \_\_\_\_\_

A empresa acima identificada, representada pelo (a) Sr. (a)

\_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_, declara sob as penas da lei, que vistoriou o imóvel  
localizado no endereço

\_\_\_\_\_  
e que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou de dificuldades técnicas não previstas.

São Paulo/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura - Responsável da empresa

Declaro que acompanhei nesta data a vistoria dos locais de prestação de serviço pelo representante da empresa acima identificada.

\_\_\_\_\_  
Assinatura – Servidor MGI

## **ANEXO VIII**



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria e Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo

**MODELO - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone/ e-mail: \_\_\_\_\_

Declaro que a empresa acima identificada possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

| Nome do Órgão / Empresa   | Vigência do Contrato | Valor total do contrato (*) |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------|
|                           |                      |                             |
|                           |                      |                             |
|                           |                      |                             |
|                           |                      |                             |
| Valor total dos contratos |                      | R\$ ...                     |

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1) Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas com os quais tem contratos vigentes.

2) (\*) Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

3) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} * 12}{\text{Valor total dos contratos}(*)} > 1$$

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado (\*)

4) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

## **ANEXO IX**



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo/SP

---

**TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO IX  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**





## **Critérios de julgamento das propostas:**

Para o julgamento da proposta mais vantajosa à contratação pública deverá ser apresentada uma proposta técnica e uma proposta de preço.

A Proposta técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado do licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas, com assinatura digital obtida por meio de plataforma certificada, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, constando como data o dia fixado para abertura da sessão pública.

A proposta técnica deverá conter, no mínimo:

### **1. Descrição da Metodologia de Trabalho.**

- A Licitante deverá entregar documento demonstrando sua metodologia de trabalho e suas estratégias para atendimento aos prazos solicitados;
- Deverá conter a detalhada descrição da forma de trabalho a ser empregada, incluindo o planejamento das ações e dos procedimentos necessários à elaboração e coordenação dos projetos, tais como: visitas ao imóvel objeto da contratação, reuniões de integração com os diversos projetistas, reuniões com a fiscalização do contrato, providências para aprovação dos projetos;
- Cronograma físico descritivo da execução do contrato, que deverá estar compatível com o cronograma físico-financeiro sugerido no presente edital; e
- Descrição dos recursos disponíveis para a execução dos serviços, incluindo os softwares que serão utilizados na elaboração dos diversos projetos, e sistemas e bases de dados para elaboração de orçamentos, bem como os equipamentos de informática e os recursos de comunicação.

### **2. Indicação Nominal da Equipe Técnica e Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica, conforme modelo anexo ao Termo de Referência, assinado por todos os responsáveis técnicos por cada área, declarando que têm ciência do integral conteúdo do Termo de Referência, que aceita participar da Equipe Técnica que elaborará o objeto desta licitação e que será o responsável técnico pelo(s) projeto(s) de sua(s) especialidade(s).**

- Os integrantes da Equipe Técnica deverão obrigatoriamente ser os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a Responsabilidade Técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação.
- Um mesmo profissional poderá acumular responsabilidade técnica em mais de uma área, não podendo, contudo, participar da equipe técnica de mais de uma licitante.

### **3. Comprovações por meio de Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a elaboração de projetos hidráulicos /hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, nos termos e quantidades especificados no Termo de Referência e seus anexos.**



### Proporção entre Técnica e Preço

A pontuação final será calculada a partir da ponderação entre as notas atribuídas à proposta técnica e à proposta de preços, conforme os seguintes pesos:

- 70% (setenta por cento) para a técnica; e
- 30% (trinta por cento) para o preço.

### **Avaliação Técnica**

A pontuação técnica totalizará até 100 (cem) pontos, distribuídos conforme os critérios e subcritérios abaixo:

1. Critério técnico 1: Experiência comprovada da empresa - Pontuação máxima = 40 (quarenta) Pontos

Descrição: Comprovação por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a elaboração de projetos hidráulicos /hidrossanitários, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a altura da edificação superior a 40 m (quarenta metros) e área superior a 25.000 m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil metros quadrados). Cada atestado deve comprovar a execução de serviços nos quantitativos relacionados.

Escala de pontuação: 10 pontos para cada atestado de serviço similar com escopo e porte compatíveis.

2. Critério técnico 2: Qualificação da equipe técnica - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos  
Descrição: Avaliação do currículo dos profissionais indicados, considerando formação acadêmica, tempo de experiência e especializações relacionadas ao objeto. Serão considerados engenheiros civis ou arquitetos.

Escala de pontuação: 1 (um) ponto por ano completo de experiência profissional, com formação específica compatível comprovada na área do objeto, limitado ao máximo de 10 (dez) por profissional.

3. Critério técnico 3: Metodologia proposta - Pontuação máxima = 30 (trinta) Pontos

Descrição: Análise da proposta metodológica quanto à organização, lógica, clareza e viabilidade da execução dos projetos, incluindo cronograma e uso de tecnologias (ex.: BIM).

3.1. Critério técnico: Organização e estrutura da proposta metodológica.

Critério de Avaliação: Apresenta objetivos claros, estrutura lógica, etapas bem definidas e coerência geral.

Pontuação Máxima: 10 (dez) pontos.



3.2. Critério técnico: Clareza e linguagem técnica.

Critério de avaliação: Texto claro, conciso e tecnicamente adequado, com correta terminologia e ausência de erros.

Pontuação máxima: 5 (cinco) pontos.

3.3. Critério técnico: Viabilidade técnica da execução.

Critério de avaliação: Métodos e recursos propostos são exequíveis e compatíveis com prazos e condições reais.

Pontuação máxima: 10 (dez) pontos.

3.4. Critério técnico: Cronograma físico de execução.

Critério de avaliação: Cronograma detalhado, compatível com as etapas da proposta e com prazos realistas.

Pontuação Máxima: 5 (cinco) pontos.

Nota da proposta Técnica = (Nota Critério Técnico 1)+(Nota Critério Técnico 2)+(Nota Critério Técnico 3)

**Avaliação da Proposta de Preços**

A nota da proposta de preços será calculada com base na fórmula:

Nota da proposta de preços = (Menor preço entre os licitantes / Preço do licitante avaliado) × 100

**Fórmula da Nota Final**

A nota final será calculada conforme a seguinte fórmula:

Nota Final = (Nota Técnica × 0,70) + (Nota de Preço × 0,30)

Será declarada vencedora a proposta que obtiver a maior nota final.

## **ANEXO X**

Obra  
PB e PE PRUMADA AF DO ED. SEDE - áreas diferenciadas

Bancos  
SINAPI - 06/2025 - São Paulo

B.D.I.  
26,58%

Encargos Sociais  
Desonerado:  
Horista: 92,70%  
Mensalista: 53,38%

Planilha Orçamentária Resumida

| Item |  |  | Descrição  |  |  |  | Quant. | Total      | Peso (%) |
|------|--|--|--|--|--|--|--------|------------|----------|
| 1    |  |  | Elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital. |  |  |  | 1      | 170.512,68 | 100,00 % |

Total sem BDI

Total do BDI

Total Geral

134.807,04

35.705,64

170.512,68

SRA/SP  
Setor de Engenharia



**Obra**  
**PB e PE PRUMADA AF DO ED. SEDE - áreas**  
**diferenciadas**

**Bancos**  
**SINAPI - 06/2025 - São Paulo**

**B.D.I.**  
**26,58%**

**Encargos Sociais**  
**Desonerado:**  
**Horista: 92,70%**  
**Mensalista: 53,38%**

**BDI - SRA/SP - BDI PROJETO - COM DESONERAÇÃO**

|                               |   |                                     |
|-------------------------------|---|-------------------------------------|
| GRUPO A                       | TAXA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL  |                                     |
| 1                             | Administração Central   | 3,45%                               |
| Total do Grupo                |   | 3,45%                               |
| GRUPO B                       | TAXA REPRESENTATIVA DOS RISCOS  |                                     |
| 1                             | Riscos  | 0,85%                               |
| Total do Grupo                |   | 0,85%                               |
| GRUPO C                       | TAXA REPRESENTATIVA SEGURO GARANTIA   |                                     |
| 1                             | Seguro e Garantia   | 0,48%                               |
| Total do Grupo                |   | 0,48%                               |
| GRUPO D                       | TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS  |                                     |
| 1                             | Despesas Financeiras  | 0,85%                               |
| Total do Grupo                |   | 0,85%                               |
| GRUPO E                       | TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO  |                                     |
| 1                             | Lucro   | 5,11%                               |
| Total do Grupo                |   | 5,11%                               |
| GRUPO F                       | TAXA REPRESENTATIVA DA INCIDÊNCIA DOS IMPOSTOS ( SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA )   |                                     |
| 1                             | ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS) - MUNICIPAL - Lista de Serviço 7.03 ( elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia), Art. 18, inciso III da Decreto 53.151/12 | 5,00%                               |
| 2                             | COFINS - FEDERAL  | 3,00%                               |
| 3                             | PIS (PROGRAMA DE INTREGRAÇÃO SOCIAL) - FEDERAL  | 0,65%                               |
| 4                             | CRB -CONTRIBUIÇÃO INSS (DESONERAÇÃO)  | 3,60%                               |
| Total do Grupo                |   | 12,25%                              |
| FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO BDI |   | $(((1+A+B+C)*(1+D)*(1+E)/(1-F))-1)$ |

Bonificação sobre despesas indiretas (B.D.I)= **26,58%**

## **ANEXO XI**

LOGO DA  
EMPRESA

| Obra   | Data-Base           | B.D.I.                      | Encargos Sociais   |
|--|---------------------|-----------------------------|--------------------|
| PB e PE PRUMADA AF DO ED. SEDE - áreas diferenciadas | (INSERIR DATA-BASE) | (INSERIR PERCENTUAL DE BDI) | (INSERIR ENCARGOS) |

Planilha Orçamentária Resumida

| Item | Descrição  |  |  |  |  | Quant. | Total | Peso (%) |
|------|--|--|--|--|--|--------|-------|----------|
| 1    | Elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma da rede de distribuição de água fria e reposicionamento de válvulas redutoras de pressão no ed. Sede do MGI em São Paulo/SP, com base no anteprojeto existente anexo ao Edital. |  |  |  |  | 1      |       | 100,00 % |

|               |  |
|---------------|--|
| Total sem BDI |  |
| Total do BDI  |  |
| Total Geral   |  |

SRA/SP  
Setor de Engenharia



|  |   |                     |                          |  |
|--|---|---------------------|--------------------------|--|
| LOGO DA<br>EMPRESA                           | Obra  | Bancos              | B.D.I.                   | Encargos Sociais                               |
|  | PB e PE PRUMADA AF DO ED. SEDE - áreas diferenciadas  | (INSERIR DATA-BASE) | (INSERIR PERCENTUAL BDI) | (INSERIR ENCARGOS)                             |
| BDI - SRA/SP - BDI PROJETO - COM DESONERAÇÃO |   |                     |                          |  |
| GRUPO A                                      | TAXA ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL  |                     |                          |  |
| 1  | Administração Central   |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| GRUPO B                                      | TAXA REPRESENTATIVA DOS RISCOS  |                     |                          |  |
| 1  | Riscos  |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| GRUPO C                                      | TAXA REPRESENTATIVA SEGURO GARANTIA   |                     |                          |  |
| 1  | Seguro e Garantia   |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| GRUPO D                                      | TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS  |                     |                          |  |
| 1  | Despesas Financeiras  |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| GRUPO E                                      | TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO  |                     |                          |  |
| 1  | Lucro   |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| GRUPO F                                      | TAXA REPRESENTATIVA DA INCIDÊNCIA DOS IMPOSTOS ( SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA )   |                     |                          |  |
| 1  | ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS) - MUNICIPAL - Lista de Serviço 7.03 ( elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia), Art. 18, inciso III da Decreto 53.151/12 |                     |                          |  |
| 2  | COFINS - FEDERAL  |                     |                          |  |
| 3  | PIS (PROGRAMA DE INTREGRAÇÃO SOCIAL) - FEDERAL  |                     |                          |  |
| 4  | CRB -CONTRIBUIÇÃO INSS (DESONERAÇÃO)  |                     |                          |  |
|  |   |                     |                          | Total do Grupo                                 |
| FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO BDI                |   |                     |                          | $(((1+A+B+C)*(1+D)*(1+E))/(1-F))-1$            |
|  |   |                     |                          | Bonificação sobre despesas indiretas (B.D.I.)= |